



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo III

O Socialismo no Mundo Contemporâneo

Aula 4

Experiências de Estados Socialistas

APRESENTAÇÃO

Este texto apresenta uma historiografia e uma análise das experiências de Estados revolucionários socialistas do século XX. Deste modo são apresentadas, por três diferentes autores, as experiências da União Soviética, da China e de Cuba.

I. REVOLUÇÃO RUSSA¹

A Revolução Russa de 1917 e a constituição da URSS, em 1922, foram os fenômenos políticos mais importantes e de maior impacto estruturante na realidade do século XX, tendo dividido o mundo em dois ideologicamente. Por ser a primeira revolução socialista da história humana, teve que caminhar sem referências de qualquer experiência semelhante anterior. Dessa forma, muitos acertos, mas também muitos erros foram cometidos na tentativa de construção do socialismo a partir de um país que não era um dos países centrais do capitalismo, onde Marx previa que se iniciaria a construção do socialismo. Até chegar-se à consolidação do que ficou conhecido como sistema soviético, na década de 30, várias etapas se passaram.

A velha Rússia czarista

¹ Este texto é de autoria de **Robério Paulino**, economista e doutor em História Econômica pela USP, é professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



A Rússia no final do século XIX era marcada pelo absolutismo czarista e por sua característica rural, com muitos traços de uma economia feudal. Mais de 85% da população vivia no campo e a cultura camponesa ainda prevalecia nas poucas cidades existentes. O incipiente proletariado era, na verdade, constituído por camponeses recém convertidos em operários.

Na economia russa ainda permaneciam muitos elementos de formações sociais pré-capitalistas. A agricultura era rudimentar e ainda utilizava métodos medievais; a produtividade era baixa e havia crises regulares de abastecimento. A população vivia bastante dispersa pelas aldeias.

O império czarista era também demasiadamente heterogêneo, sendo composto por diversas nacionalidades, de línguas, culturas e religiões diferentes.

A partir da década de 40 do século XIX, surgiram os primeiros movimentos de contestação ao regime czarista, que aos poucos foram assumindo um caráter socialista. Esses movimentos defendiam estabelecer na Rússia um socialismo de tipo rural, baseado na tradição comunal das aldeias russas, apoiado na nacionalização da terra, pulando assim etapas, passando direto de uma economia rural para uma economia socialista, saltando por cima da fase capitalista.

Esse movimento ficou conhecido como *narodniks* (da palavra russa *narod* – povo), ou populistas. Defendiam que era necessário fazer um trabalho de conscientização com os camponeses e estes então abraçariam a idéia e lutariam para implantar uma sociedade socialista baseada nas comunas rurais.

No entanto, a receptividade dos camponeses aos populistas não foi nada boa; estes os receberam com desconfiança e delações. A partir da experiência frustrada da ida ao povo, o populismo assumiu um caráter de luta direta, com ações vanguardistas e atentados.

“Assim, a tradição populista enfeixou duas vertentes básicas: a da organização de tipo molecular, baseada na propaganda, e a da ação de vanguarda. Mantiveram constante intercâmbio, eventualmente laços organizativos, mútuo apoio, programas fundamentalmente comuns. (...) Herdeiros diretos destas tradições fundaram, em 1902, o Partido Socialista Revolucionário, muito mais um movimento, ou uma confederação de grupos, de estatuto mais ou menos fluido, do que propriamente um partido.”²

A social-democracia russa, o POSDR

A social-democracia na Rússia surgiu a partir da crítica à ação direta de vanguarda dos populistas e na defesa do trabalho sistemático de propaganda e organização entre as massas, especialmente sobre o pequeno proletariado em formação. O maior expoente da social-democracia russa foi Plekhanov, que defendia que a revolução socialista não deveria se apoiar no campesinato, mas sim na classe operária, nos trabalhadores urbanos, como preconizava Marx.

² REIS FILHO, Daniel A. *Uma revolução perdida*. Perseu Abramo. SP. 1997. pág 32.



De acordo com Plekhanov:

“As condições existentes impunham aos russos uma revolução política pela derrubada da autocracia. Uma primeira etapa, necessariamente dirigida pela burguesia, resultaria de preferência, numa república democrática, na qual o capitalismo e a classe operária encontrariam plenas condições de desenvolvimento, materiais e políticas. Só então, e na seqüência, é que colocaria a possibilidade da revolução socialista, que, numa segunda etapa, entraria na ordem do dia. No processo, o partido social-democrata da classe operária, a ser formado, deveria concentrar todas as energias no sentido de aprofundar a consciência revolucionária do proletariado. Participando com a máxima conseqüência da luta pela derrubada da autocracia, lutando por instituições republicanas, políticas e jurídicas, abstendo-se de participar de qualquer governo dominado pela burguesia e, a partir da proclamação da república, mas só então, preparando as condições para o advento do socialismo.”³

Em 1903, surgiram divergências no POSDR. De um lado o grupo ligado a Lênin divergia das propostas de Martóv em relação aos critérios para que um indivíduo fosse considerado filiado ao partido. Lênin defendia critérios mais rígidos para pertencer ao partido e que este deveria ser organizado a partir de militantes profissionais que acatassem o centralismo da direção e que militassem efetivamente na organização.

Martóv defendia critérios mais flexíveis para que um indivíduo fosse considerado integrante do partido, bastando para isso que concordasse com o seu programa, sem que fosse necessária a participação cotidiana na organização.

O grupo ligado a Lênin ficou conhecido como bolchevique (maioria em russo, por serem maioria no congresso do partido em que as duas correntes se separaram) e o grupo ligado a Martóv e Plekhánov ficou conhecido como menchevique (minoria).

A revolução democrática de 1905

Em 1904, a Rússia e o Japão entraram em guerra pela disputa de territórios na China. As inúmeras mortes, a crise econômica causada pela guerra e por fim a derrota da Rússia fizeram com que a população se revoltasse contra o czar.

Em 1905, uma onda de greves e manifestações tomou as cidades russas mais industrializadas, como São Petersburgo e Moscou. No dia 09 de Janeiro deste mesmo ano, milhares de pessoas foram se manifestar em frente ao Palácio de Inverno, em São Petersburgo. O exército do czar abriu fogo contra a multidão, deixando centenas de mortos. Este dia ficou conhecido como o domingo sangrento.

Nessa onda de revoltas, foram criados os conselhos populares deliberativos, que ficaram mundialmente conhecidos como *soviets*. Os marinheiros também se rebelaram na base naval de Kronstadt e em Odessa, tomando o encouraçado Potemkim.

Os camponeses também se mobilizaram ocupando terras, exigindo a reforma agrária e uma Assembléia Constituinte; esta, aliás, defendida pelos demais grupos.

³ PLEKHÁNOV, citado por REIS FILHO, Daniel A. *Uma revolução perdida*. Perseu Abramo. SP. 1997. pág 38



O czar fez pequenas concessões e anunciou outras que jamais faria de fato. Os grupos mais moderados ficaram satisfeitos com as concessões, pois também temiam o grau de mobilização da sociedade. O exército voltou da guerra e foi utilizado para reprimir fortemente as manifestações, que seriam anuladas até o final do ano.

A respeito da revolução de 1905, Trotsky, que foi presidente do *soviet* de Petrogrado naquele ano e que seria junto com Lênin um dos dirigentes da Revolução de 1917, afirmou:

*“A Revolução Russa de 1905 veio a ser não apenas o ‘ensaio geral’ de 1917, mas também o laboratório onde foram elaborados todos os agrupamentos fundamentais da vida política e onde se pronunciaram todas as tendências e matizes do marxismo da Rússia. No âmago dos debates e divergências, estava, é escusado dizer, a questão relativa à natureza histórica da Revolução Russa e do seu desenvolvimento posterior.”*⁴

A revolução de 1905 forçou o czarismo a algumas concessões democráticas, mas este conseguiu se manter e fazer retroceder o movimento revolucionário por um tempo.

1917 e a Revolução socialista de Outubro

Durante os anos de 1914 e 1917 o mundo viveu a Primeira Guerra Mundial. A participação da Rússia na guerra desestabilizou completamente a produção, gerando crise econômica e grande descontentamento da população. A manutenção de um enorme exército gerou enormes gastos. A Rússia havia enviado 13 milhões de soldados para a guerra. Em 1917, três milhões já haviam morrido. Com milhões de soldados na guerra, a mão-de-obra na indústria e no campo se tornava escassa.

A posição dos bolcheviques em relação à guerra divergia da maioria da Internacional Socialista. A maioria dos dirigentes da II Internacional votou a favor dos créditos de guerra, apoiando os seus próprios governos capitalistas com pretensões imperialistas, salvo algumas exceções, como o deputado socialista Karl Liebknecht, na Alemanha, por exemplo. Essa posição nacionalista dos partidos social-democratas contrariava por completo a idéia do internacionalismo proletário, de que os trabalhadores de todo o mundo deviam sim se unir contra as distintas burguesias nacionais, ou seja, contra o capitalismo mundial.

Os bolcheviques e os demais setores mais radicais da Internacional se julgaram traídos por essa posição nacionalista que jogou os trabalhadores de um país em uma grande matança contra os outros em defesa dos interesses dos capitalistas de cada país. A partir daí, se inicia a ruptura desses setores com a II Internacional e a fundação da III Internacional.

A posição de Lênin e dos setores ligados a ele em relação à guerra era a de transformar a guerra imperialista em guerras civis internas, onde cada povo se encarregaria de derrubar o capitalismo do seu próprio país.

Segundo Lênin:

⁴ TROTSKY, Leon. Stálin. vol 1. *O militante anônimo*. SP: Ched, 1980 pág 17.



“A época do imperialismo capitalista é a época do capitalismo maduro e mais que maduro, do capitalismo que está em vésperas da sua derrocada, que amadureceu o suficiente para dar lugar ao socialismo. O período de 1789 a 1871 foi a época do capitalismo progressista, em que na ordem do dia da história estava o derrube do feudalismo e do absolutismo, a libertação do jugo estrangeiro. Nesse terreno, e só nele, era admissível a ‘defesa da pátria’, isto é, a defesa contra a opressão. Este conceito poderia ainda hoje ser aplicado a uma guerra contra as grandes potências imperialistas, mas seria absurdo aplicá-lo à guerra entre as grandes potências imperialistas, à guerra na qual se trata de saber quem pilhará mais os países balcânicos, a Ásia Menor, etc.”⁵

O descontentamento em relação à guerra só aumentava, enquanto crescia o número de mortos e feridos e a fome no campo e nas cidades.

Em plena guerra, em fevereiro de 1917, uma greve geral parou a cidade de São Petersburgo, a partir de uma intensa mobilização popular, com dias de protestos ininterruptos, e com o exército insatisfeito se recusando a reprimir as mobilizações. Frente a esta situação, o czar Nicolau II renunciou em 27 de fevereiro (13 de março, no calendário gregoriano).

A Duma, uma espécie de parlamento russo, assumiu o governo provisório, tendo o príncipe Lvov como presidente e Alexander Kerensky como primeiro ministro. Foi implantada uma série de medidas democráticas, como a redução da jornada de trabalho para oito horas por dia, uma relativa liberdade de expressão e os presos e exilados, dentre eles muitos bolcheviques, foram anistiados.

Os mencheviques apoiaram o governo democrático burguês de Lvov e Kerensky. Baseando-se na idéia de Marx, que afirmava que o socialismo só seria possível em uma sociedade onde o capitalismo estivesse plenamente desenvolvido, eles defendiam então que na Rússia, que era um país economicamente atrasado, seria necessário primeiro passar pela etapa da revolução democrático-burguesa e esperar o pleno desenvolvimento econômico do capitalismo para, só depois que este estivesse consolidado, passar ao socialismo.

Os bolcheviques, por outro lado, defendiam o imediato caráter socialista da revolução e a implantação de uma ditadura do proletariado, como preconizava Marx. Uma vez que é através do Estado que a classe dominante exerce o seu poder, seria necessário, portanto, segundo eles, tomar o Estado das mãos desta para oprimir-lhe. A ditadura do proletariado consistiria numa fase onde a democracia seria desenvolvida apenas entre a imensa maioria proletária e o Estado seria utilizado para expropriar e derrotar a classe dominante. Só depois de eliminada esta classe é que seria possível o desenvolvimento do comunismo, ou seja, a fase onde o Estado seria suprimido.

Ou, segundo as palavras de Lênin:

“A democracia para a imensa maioria do povo e a repressão pela força da atividade dos exploradores, dos opressores do povo, por outras palavras, a sua exclusão da democracia – eis a transformação que sofre a democracia no período de transição do capitalismo ao comunismo.”⁶

⁵ LÊNIN. O oportunismo e a falência da II Internacional. www.marxist.org

⁶ LÊNIN. *O Estado e a Revolução*. SP: Ed. Hucitec, 1979 pág 110.



Lênin afirmava que as tarefas históricas da revolução democrático-burguesa só poderiam ser levadas em frente pelo proletariado, através de uma revolução de caráter socialista, tendo o campesinato como aliado, já que a burguesia russa era raquítica, covarde e incapaz de fazê-lo.

Paralelamente ao poder da Duma, existia, entretanto, o poder efetivo dos *soviets*, dos quais participavam os bolcheviques. Nos *soviets* se defendia a imediata saída da Rússia da guerra, que não era possível mais para a população suportar a fome causada pelos gastos com a guerra. Isso foi traduzido na consigna: “Paz, pão e terra”, que foi o lema da Revolução Russa de 1917.

No entanto, o governo provisório optou por permanecer na guerra, o que causou a revolta da população.

O ano de 1917 foi cheio de crises e mudanças na conjuntura política. Em julho, Lvov foi substituído por Kerensky. Este desencadeou uma intensa repressão contra os bolcheviques, que defendiam que todo o poder deveria ser dos *soviets*.

Em agosto, o comandante do exército, Kornilov, tentou dar um golpe militar reacionário para tomar o poder. A resistência dos *soviets* e a derrota dos golpistas fortaleceram os bolcheviques e desmoralizaram Kerensky, que vacilou perante os golpistas. As idéias bolcheviques passaram a prevalecer dentro dos *soviets*, que foram ganhando apoio e adeptos.

Na noite de 24 de outubro, os bolcheviques ocuparam Petrogrado (antiga São Petersburgo) e tomaram o Palácio de Inverno. Kerensky fugiu.

Um congresso nacional dos *soviets*, que se reuniu nos dias seguintes, ratificou a tomada do poder e criou o Conselho dos Comissários do Povo, nomeando Lênin como seu presidente.

A Revolução de Outubro retirou a Rússia da guerra, assinando a paz com a Alemanha, através do tratado de Brest-Litovsk. Na sequência adotou várias medidas de caráter anticapitalista, como a estatização das fábricas, o confisco e a distribuição das terras aos camponeses. Pela primeira vez na história, o capitalismo fora derrotado e o poder estava na mão da classe operária em um país e isso teve grande impacto no mundo, gerando fortes reações. As implicações da Revolução Russa marcaram decisivamente a vida de todo o século XX.

A Guerra Civil e a constituição da URSS

Diante da revolução na Rússia, as potências capitalistas reagiram imediatamente e organizaram um exército conjunto, composto por 14 países, para intervir no país e derrubar a revolução operária. Um exército revolucionário, o exército vermelho, foi organizado às pressas e liderado pelo dirigente Leon Trotsky, que se saiu vitorioso contra o exército branco após três anos de guerra civil.



No entanto, as perdas materiais e humanas que aquela agressão causou foram enormes para a Rússia; o país saiu devastado e perdeu milhões de vidas. O necessário tensionamento de forças que se impõe durante uma guerra levou à militarização das relações no partido, no Estado e na sociedade como um todo, dificultando, como se verá mais tarde, o estabelecimento de uma verdadeira democracia socialista e facilitando o surgimento de um regime ditatorial e despótico, pretensamente socialista, encabeçado por Stalin.

Durante a guerra civil, os bolcheviques implementaram um modelo de funcionamento da economia que ficou conhecido como comunismo de guerra, que incluía medidas para garantir que a produção fosse destinada primeiramente à defesa e a distribuição priorizasse o abastecimento do exército.

Uma das medidas do comunismo de guerra foi confiscar a produção dos camponeses, não apenas o excedente comercializável, mas também grande parte da porção que era necessária ao consumo de suas famílias, o que gerou muita resistência daqueles.

Em 1922 foi constituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, integrando muitos povos e nacionalidades da Europa do Leste e da Ásia. Por essa época também foi fundada a III Internacional, organização que viria a reunir a maioria dos partidos comunistas espalhados pelo mundo, com centro em Moscou.

O comunismo de guerra e a NEP

O comunismo de guerra ajudou na vitória na guerra civil, mas causou uma queda muito grande na produção. Os camponeses se recusavam a produzir, já que teriam sua produção confiscada. Preferiam esconder a produção ou resistiam a entregá-la.

O regime de requisições ajudou a garantir o abastecimento das tropas vermelhas e a vitória na guerra civil, mas diminuiu drasticamente o comércio, gerou fome, inflação e revolta. Constatado o fracasso econômico do comunismo de guerra, o partido passou a implementar, a partir de 1922, a *Nova Política Econômica* (NEP), formulada por Lênin, como uma forma de reativar a economia do país e especialmente incentivar a produção agrícola. Na verdade, uma reintrodução de relações de mercado dentro de certos limites.

Já não era mais possível confiscar o excedente dos camponeses, uma vez que não havia excedente. A questão agora era como estimular os camponeses a voltar a produzir e apaziguar os conflitos no campo. As medidas da NEP foram, em primeiro lugar, o fim da política de requisições e a permissão aos camponeses para comercializar suas mercadorias, sendo necessário apenas pagar um imposto sobre a produção, ao invés de ter sua produção confiscada.

Foi permitida a entrada do capital privado nas pequenas empresas e no comércio. Contudo, o Estado manteve a propriedade dos setores estratégicos, como as grandes indústrias, os bancos, os meios de comunicação e os transportes.

A NEP foi um retorno parcial ao capitalismo, a uma economia mista. Ficava claro que não era possível estabelecer relações de produção e uma economia socialistas plenamente desenvolvidas num país sem a base material para tal, atrasado técnica e culturalmente, como



a Rússia. Era necessário, antes de tudo, desenvolver as forças produtivas, construir aquela base material, na opinião dos bolcheviques.

A NEP mostrou-se um grande acerto e permitiu que a produção, tanto no campo quanto na indústria, se recuperasse da queda gerada pela guerra civil. No entanto, mesmo o aumento da produção gerado pela NEP só foi suficiente para se alcançar em 1926 os índices de produção do período anterior à guerra.

O isolamento, a degeneração burocrática e a consolidação do stalinismo.

A Revolução Russa teve que enfrentar problemas muito distintos do que previa a teoria marxista. A implantação do socialismo não começou, como avaliara Marx, por um país central de capitalismo adiantado, mas sim por um país periférico, atrasado material e culturalmente. Isso colocou problemas completamente inesperados aos bolcheviques no poder. Tudo teria que ser criado, pensado, inventado, improvisado. Além disso, a participação na Primeira Guerra Mundial e a guerra civil haviam devastado o país. A necessária militarização das relações sociais durante a guerra civil e o medo permanente de uma nova agressão contribuíram ainda mais para o surgimento de um regime ultracentralizado e ditatorial. O Estado, assim, foi se agigantando, ao invés de começar a desaparecer, como previam os marxistas. Além disso, a ajuda do proletariado ocidental não chegava, não aconteceram outras revoluções socialistas vitoriosas no Ocidente e a Revolução Russa ficou isolada, sozinha. Todo esse quadro de atraso material e cultura, isolamento e agressão, veio a contribuir para um processo de surgimento de uma nova burocracia que se apossou do poder e, em nome do socialismo, passou a oprimir a própria classe trabalhadora e a colocar seus interesses particulares acima dos interesses coletivos. O dirigente desse processo de retrocesso e burocratização foi Stalin. Nas próximas décadas, milhares de opositoristas, a maioria deles autênticos socialistas, perderam a vida por se opor ao stalinismo. A maioria dos dirigentes do partido bolchevique, como Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Trotsky, entre outros, viria a ser assassinada por Stalin posteriormente. Lênin percebeu o perigo da burocratização, ainda tentou lutar contra ele e contra Stalin, mas a morte o levou antes. Na década de 20, Trotsky organizou uma oposição e combateu a nova burocracia stalinista, mas as condições objetivas lhes eram completamente desfavoráveis. A burocratização e o estabelecimento de um regime ditatorial parecem, no entanto, terem sido facilitados por alguns erros que cometeram os bolcheviques ainda no tempo de Lênin vivo.

Durante a guerra civil, como forma de assegurar a unidade para enfrentar o inimigo, haviam sido proibidas as tendências internas no Partido Bolchevique (que partir de 1918 passou a se chamar Partido Comunista) e os demais partidos socialistas foram dissolvidos e ilegalizados. Teoricamente estas medidas serviam para proteger o país da constante ameaça externa e para dar uma maior coesão ao campo revolucionário. Inicialmente, elas foram pensadas por Lênin, Trotsky e pelos bolcheviques apenas como medidas transitórias, até o momento em que acabasse a guerra e cessasse a ameaça de novas agressões e viesse a ajuda dos trabalhadores do Ocidente.

No entanto, a ajuda não chegava e tais medidas, além de se tornarem permanentes, foram aprofundadas, mesmo depois da guerra civil. Quando a direção do partido e do Estado veio a se burocratizar e se degenerar, com a ascensão de Stalin, outros direitos democráticos



foram retirados dos trabalhadores, suas organizações passaram a ser controladas pelo Estado e qualquer setor de oposição, mesmo que estivesse no campo revolucionário, passou a ser brutalmente perseguido, com a acusação de fazer o jogo do inimigo, o que se tornou um axioma típico do stalinismo em todo mundo para justificar seus crimes. A crítica foi transformada em crime de Estado pelo regime ditatorial dirigido por Stalin. Toda e qualquer democracia socialista foi suprimida.

Os bolcheviques sabiam que a consolidação do socialismo na Rússia dependia de uma revolução nos países industrializados do Ocidente, como a Alemanha. O atraso material e cultural da Rússia não permitiria o desenvolvimento pleno do socialismo ali. Para sua consolidação era necessário que as forças produtivas estivessem plenamente desenvolvidas, o que não era o caso da Rússia, onde ainda existiam fortes elementos de uma economia pré-capitalista. Dessa forma, o destino final do socialismo na URSS dependeria da extensão do socialismo para outros países do mundo.

Enquanto a ajuda do estrangeiro não viesse, seria necessário desenvolver aceleradamente a economia e consolidar as conquistas socialistas na Rússia. Foi a urgência de desenvolver aceleradamente as forças produtivas para criar as condições objetivas necessárias para a consolidação do socialismo e a imposição involuntária de concentrar o poder durante a guerra civil para derrotar a reação capitalista que levaram a uma excessiva centralização do poder no partido e no Estado, o que facilitou o surgimento do fenômeno do stalinismo.

O isolamento, como já se falou, contribuiu decisivamente para a consolidação do stalinismo. O fato de nenhuma outra revolução socialista ter acontecido no Ocidente foi decisivo para o destino da URSS, comprovando que uma economia socialista não pode se dar nos limites de um único país e que só subsistirá se acontecer em escala mundial. O mercado capitalista é mundial, a economia de todos os países é cada vez mais integrada, o desenvolvimento tecnológico é cada vez mais interdependente entre os países, os transportes e as comunicações fazem do mundo cada vez mais um só, não sendo possível para qualquer país viver em regime de isolamento, nem tampouco qualquer formação social alternativa ao capitalismo ser apenas nacional. Essa é uma das grandes lições que o século XX deixa para o movimento socialista.

A coletivização forçada, os planos quinquenais e a consolidação do sistema soviético

O aumento da produção no campo gerado pela NEP começou a declinar a partir de 1928, pois os preços dos produtos agrícolas estavam muito baixos e os produtos industriais eram escassos. Isso levou ao descontentamento dos camponeses, que passaram a não ampliar a produção e a estocar seu excedente, e à uma grande queda da produção agrícola.

O abastecimento das cidades e das forças armadas ficou comprometido, a burocracia partidária viu a queda da produção como um boicote dos camponeses e retomou a política de requisições do tempo do comunismo de guerra. A partir de então os enfrentamentos com os camponeses assumiram o caráter de uma guerra civil. Entre 1928 e 1929, Stálin e seus partidários abandonaram definitivamente a NEP e iniciaram a coletivização forçada das terras, baseada na violência indiscriminada contra os camponeses, que agora eram vistos como inimigos. O objetivo era expropriar toda a terra dos camponeses e transformá-las em



grandes fazendas coletivas ou em cooperativas, mesmo que para isso fosse necessário adotar medidas violentas e métodos bárbaros.

Os camponeses se rebelavam contra as coletivizações forçadas, se armavam, destruíam a produção, matavam o gado, incendiavam as propriedades. O Estado desencadeou uma verdadeira guerra interna com o objetivo de eliminar a classe dos pequenos produtores, inclusive fisicamente. Os camponeses foram mortos aos milhares, deportados, fuzilados, ou simplesmente vítimas da fome.

A coletivização forçada provocou centenas de milhares de mortes. Milhares de famílias camponesas que foram brutalmente reprimidas ou deportadas para regiões inóspitas simplesmente pelo fato de se negarem a entregar suas terras, as mesmas que a revolução de outubro havia concedido e que agora eram retiradas em nome do socialismo.

A coletivização através do terror não atingiu os resultados esperados e a produção se manteve inferior ao período da NEP. A agricultura soviética sofreu uma grande baixa e levou décadas para se recuperar daquele processo.

Os bolcheviques sempre defenderam a coletivização das terras, vistas como pré-condição para a industrialização e a superação do atraso no campo. Trotsky, entretanto, criticou duramente aquele modelo de coletivização, não por negar sua necessidade em si, mas pelos métodos de terror contra os camponeses pelos quais foi imposta, que trouxeram imensos prejuízos ao país. Para ele, a coletivização deveria ser feita pelo convencimento dos camponeses quanto às vantagens da agricultura coletiva relativamente à cultura individual, nunca pela imposição e pelo terror.

Outra característica do modelo soviético de socialismo, que ficou conhecido como *socialismo real* foram os planos quinquenais para a economia. Em abril de 1929 o comitê central do PCUS adotou o primeiro plano quinquenal, a partir do qual se impôs o programa de industrialização acelerada, que estabelecia metas de crescimento antes inimagináveis.

Se a coletivização da agricultura não deu os resultados esperados, na indústria, no entanto, os níveis de crescimento foram impressionantes, com os planos quinquenais também impostos de maneira ditatorial.

A industrialização e a urbanização do país se deram em tempo recorde. A prioridade dos planos era o desenvolvimento da indústria pesada e do setor de infra-estrutura, em detrimento do setor de bens de consumo. Esse tipo de crescimento exigia comprimir enormemente o consumo, ou seja, os salários, para poupar e aumentar os níveis de investimento. O setor de energia, de transportes, a metalurgia e a siderurgia foram prioritários. Contudo, o setor para o qual mais se destinaram os investimentos foi o setor de defesa, em função da ameaça que voltava do Ocidente, agora proveniente do nazismo na Alemanha. Foi a impressionante industrialização em tempo recorde que permitiu à URSS derrotar a máquina de guerra nazistas na 2ª Guerra Mundial.

Enquanto o capitalismo ocidental vivia a sua maior crise entre 1929 e 1936, a URSS crescia freneticamente. Isso só foi possível a partir do planejamento estatal da economia, ainda que feito de forma autoritária, exemplo que depois foi utilizado por diversos países capitalistas ocidentais e especialmente pelos países atrasados para acelerar seu desenvolvimento.



A coletivização forçada, os planos econômicos implementados em marcha forçada e com crescimento acelerado, impostos autoritariamente pelo Estado, a perseguição e eliminação física de qualquer forma de oposição ou contestação ao Estado, a existência de um único partido no poder, fundido ao Estado, são os elementos constitutivos fundamentais do que veio a se chamar de *socialismo real* ou sistema soviético.

O legado e as grandes conquistas da Revolução Russa

Apesar de todas as deformações, resultantes de condições extremamente desfavoráveis como o baixo nível de desenvolvimento técnico, material e cultural do qual teve que partir, das agressões e do isolamento, fatores que levaram à burocratização e a um regime ditatorial, a Revolução Russa e a URSS trouxeram sem dúvida grandes conquistas para o povo soviético e para os demais povos do mundo.

Através dos planos quinquenais, baseados na propriedade nacionalizada, ou seja, por sua gênese socialista, a URSS alcançou em três décadas um grau de desenvolvimento econômico, industrial e técnico que as principais potências capitalistas levaram séculos para atingir. Foi a partir da idéia do planejamento econômico, baseado no exemplo soviético, que muitos países atrasados como o Brasil aceleraram seu progresso durante o século XX.

Depois da Segunda Guerra mundial, mesmo tendo suportado a maior carga no enfrentamento do nazismo, a URSS se recuperou e disputou de igual para igual a influência no mundo com a principal potência capitalista, os EUA. A URSS foi a primeira a lançar um satélite ao espaço e a colocar um homem em órbita do planeta. Em muitos terrenos da ciência e da técnica, os cientistas soviéticos obtinham destaque. Em termos de tecnologia aeronáutica e espacial, por exemplo, a URSS esteve emparelhada com os EUA pelo menos até o início da década de 70.

No campo social, as conquistas foram também muito significativas. Na URSS foram eliminados muito cedo fenômenos típicos do capitalismo, como a miséria e o analfabetismo. A questão da fome foi superada em poucas décadas. Sistemas de educação, saúde e transporte públicos muito eficientes foram construídos. A Rússia de hoje, por exemplo, tem como herança, uma altíssima proporção de sua população com nível de educação superior, comparado aos países capitalistas mais avançados.

Mas o impacto social positivo da Revolução Russa não se deu só na URSS. No Ocidente, como forma de se contrapor ao aumento da influência das idéias socialistas, as distintas burguesias nacionais foram obrigadas a acelerarem o passo e as concessões à classe trabalhadora para evitar que essa se radicalizasse e se contagiasse com o exemplo da Revolução Russa.

O Estado de Bem-Estar social, por exemplo, foi também uma resposta do capitalismo à Revolução Russa e à constituição da URSS. Era uma forma de isolar e conter a influência do socialismo. Hoje, ao início do século XXI, com o capitalismo já não tendo a quem se contrapor, o que se observa é uma nova onda de liberalismo econômico, com a retirada de muitas conquistas dos trabalhadores.



Além disso, a Revolução Russa e a existência em da URSS em si - apesar de seu regime ditatorial que passou a travar as lutas sociais em todo o mundo-, eram contraditoriamente elementos de estímulo aos movimentos sociais em todo mundo, por significarem um desafio ao capitalismo e colocar um contraponto à sua hegemonia no mundo.

Uma das maiores contribuições da Revolução Russa e da URSS para a humanidade talvez tenha sido, no entanto, a derrota da reação e do exército nazista, que poderia ter avançado muito sobre o mundo se não tivesse sido parados e derrotados pelo exército soviético. A história do mundo na segunda metade do século XX poderia ter sido inteiramente outra com uma vitória do nazismo e do Eixo na Segunda Guerra Mundial.

Foi na frente leste que o exército de Hitler perdeu a quase totalidade de seu equipamento e teve as maiores baixas. Ao início da guerra, os EUA ainda estavam praticamente desarmados quando se compara seu equipamento militar da época com o de Hitler. Somente a URSS tinha uma força militar capaz de derrotar a máquina de guerra nazista naquele momento. Mas isso se deu ao custo de mais de 25 milhões de mortos para a população soviética, enquanto que os EUA, por exemplo, perderam 400 mil vidas.

Por mais paradoxal que pareça ser, apesar de viver sob o regime totalitário de Stalin, talvez um dos maiores legados da Revolução Russa e da URSS para a humanidade tenha sido salvar o pouco de democracia e liberdade que hoje existe no mundo ao derrotar Hitler.

Ao final do século, o colapso e desaparecimento da URSS colocaram ao movimento socialista o desafio de averiguar com rigor as causas de tal perda. Uma dessas lições parece ser que não pode haver socialismo sem liberdade.

II. REVOLUÇÃO CHINESA⁷

O mais remoto antecedente da Revolução Chinesa são as revoltas camponesas que percorrem toda a sua história moderna. Essas revoltas foram o motor da história chinesa durante séculos. Quando geograficamente restritas, eram facilmente isoladas e reprimidas. Mas às vezes atingiam várias regiões ou quase o país inteiro; nesses casos faziam entrar em colapso as autoridades locais e até a própria dinastia. Essas *lutas de classes*, porém, não provocavam a substituição de uma classe por outra no Estado, pois os camponeses não conseguiam articular-se nacionalmente, eles mesmos, como uma classe social capaz não só de lutar, como também de mudar radicalmente o sistema social através do exercício do poder. E não existia outra classe social, nas cidades ou de âmbito nacional, que enfrentasse as dinastias, opondo outro sistema de produção (por exemplo, o desenvolvimento de indústrias baseadas na exploração do trabalho assalariado), pois as classes possuidoras preferiam investir, segundo a tradição chinesa, em terras.

As revoltas camponesas reivindicavam a propriedade comum da terra e a distribuição igualitária dos seus frutos. Às vezes, elas provocavam até a queda da dinastia, que era

⁷ Este texto é de autoria de **Oswaldo Coggiola**, professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).



substituída por outra. A paz, a solidez, a aparente eficiência do Império Chinês, eram precisamente o grave elemento de fraqueza em relação à Europa agitada pelas contraditórias pressões com que nascia a sociedade moderna: ~~na China, os problemas não e podiam já resolver no âmbito da situação existente, e não existiam as forças, ou pelo menos as forças suficientes, para criar uma situação nova. Mas nem tudo ficava como antes, após a revolta a~~ China vivia uma crise histórica, isto é, uma situação em que a antiga sociedade já não mais podia sobreviver sobre as mesmas bases, e uma sociedade nova não podia surgir, por carecer de forças sociais suficientes para instaurá-la (segundo Gramsci, uma "crise" é o momento em que o antigo já morreu, mas o novo ainda não nasceu). As revoltas sociais pareciam entrar num círculo vicioso, pois revelavam o anacronismo da velha sociedade, sem conseguir criar uma nova. A revolução chinesa resolveria esse impasse nas décadas seguintes. As rebeliões contra o poder central foram criando uma tradição de revolta 'contra o arbítrio das autoridades, que se cristalizou nas *sociedades secretas* de ajuda e proteção mútuas, espalhadas pela China inteira. Estas sociedades alcançaram poder suficiente para pôr em xeque as próprias autoridades, chegando a ter grande importância nas rebeliões da China moderna.

As revoltas e os colapsos econômicos foram preparando o terreno para mudanças no sistema econômico e social. Em 1645 deu-se a conquista do poder pela dinastia Manchu, que submeteu os povos "tradicionais" da China Central (os manchus provinham da região Norte da China, a Manchúria). A dinastia Manchu que governaria o país até o século XX. A máxima expansão da civilização chinesa foi conseguida no século XVIII, quando foram conquistadas as vastas regiões interiores da Mongólia, do Sinkiang e do Tibete.

No século XIX começou a instalar-se uma estagnação econômica. A erosão varria as colheitas e inundava os sistemas de irrigação, nas aldeias começava a fazer-se notar um excesso de população. As indústrias de consumo não deram lugar a um surto tecnológico, e a utilização de trabalho assalariado não se difundiu significativamente. Os extraordinários avanços da economia na dinastia Sung (dos séculos X-XIII), sobretudo na metalurgia, tinham se consumido a si próprios nas épocas subseqüentes, e a transformação radical da indústria e da sociedade que pareciam prometer nunca se verificou.

Em meados do século XIX eclodiu a rebelião Taiping (1850-1864). Em certo sentido, ela lembra a rebelião brasileira de Canudos: os camponeses, dirigidos por um chinês convertido ao cristianismo (Hung Xiu-chuan) que se proclamava irmão mais novo de Jesus Cristo, sublevaram-se contra o poder dinástico central. A rebelião controlou - estabelecendo temporariamente um novo poder - um vasto setor da China durante mais de dez anos, chegando até os muros de Pequim, a capital do império. Os taiping retomaram a velha tradição camponesa de reivindicação da propriedade coletiva da terra: os exércitos rebeldes participavam na produção e trabalhavam nos campos numa base comum. Mas na direção "ideológica" da revolta encontrava-se uma espécie de sincretismo místico que já denota a influência ocidental (o cristianismo, religião introduzida na China pelas potências européias). Este misto de velhas tradições com influência de idéias ocidentais antecipou o que será a grande revolta democrático-camponesa do século XX. Os taiping foram, segundo Perry Anderson, "o maior levantamento das massas oprimidas e exploradas do mundo em todo o século XIX".

Vítimas de suas próprias contradições - Hung Xiu-chuan tentou proclamar-se imperador hereditário -, os taiping foram esmagados por chefes militares a serviço da dinastia



Manchu. Mas as revoltas continuaram: no período 1864-1878, os povos muçulmanos do Sul rebelaram-se contra o domínio chinês, ocorrendo ao mesmo tempo a rebelião Nienfei (dos camponeses dessa região). Os revoltosos foram derrotados, mas provaram a fragilidade da unidade do Império Chinês, mantida às custas de uma violenta opressão exercida pelo poder imperial.

Mas, na mesma época, a unidade da nação chinesa já estava muito mais ameaçada do exterior que do interior. Iniciou-se então a submissão da China às potências europeias. As primeiras tentativas de penetração econômica do ocidente na China datam dos séculos XV-XVI. Na época, porém, tratava-se de obter apenas o intercâmbio de embaixadores com o império e a permissão de exercer o comércio. Não raro os imperadores chineses negavam-se a manter relações diplomáticas com os europeus, aos quais desprezavam por suas bárbaras (bárbaras, mesmo) atividades de pirataria na Índia e no Ceilão (atual Sri Lanka). O comércio foi autorizado, embora com muitas restrições e sob a permanente supervisão do Império. A China fez, sem se importar muito, algumas concessões territoriais em pontos inabitados, como Macau, que foi entregue aos portugueses. Até então, o país não corria o risco de colonização pelas potências marítimas da Europa. Como disse o historiador indiano K. M. Panikkar: "Os portugueses, até 1849, pagaram regularmente um foro sobre a terra e os chineses mantiveram em Macau tanto o controle das finanças quanto o da justiça civil ou criminal. Os portugueses encontravam-se em Macau em atitude de súplica. E a quem suplicavam? Nem mesmo à corte de Pequim, mas a um subcomissário qualquer de Cantão."

Os europeus, claro, queriam muito mais: o comércio livre. Mas o imperador chinês dava-se ao luxo de responder ao rei da Inglaterra que os seus produtos não interessavam aos chineses. A partir de 1840, as coisas mudaram. A Revolução Industrial na Europa tinha multiplicado várias vezes a capacidade de produção e artigos manufaturados: era urgente abrir mercados para escoar essa produção. A China, com 400 milhões de habitantes, representava a maior tentação. A Inglaterra, berço da Revolução Industrial e primeira potência econômica, foi logicamente, a primeira a tentar penetrar pela força (nos séculos anteriores tinha acumulado, na América, na Ásia do Sul e na África, uma longa experiência na matéria).

Faltava encontrar o pretexto, que não pôde ser mais vil: os ingleses fomentaram o contrabando do ópio para a China. Uma vez criado o "mercado de consumo", reclamaram o direito de vendê-lo livremente em todo o território chinês (o governo chinês tinha proibido seu consumo). Frente à negativa, a invasão. Foram as Guerras do Ópio (1840-1860), onde a Inglaterra exerceu cruelmente sua superioridade militar, assassinando milhares de chineses, saqueando suas cidades e suas riquezas, humilhando a nação chinesa (o palácio de Verão de Pequim, símbolo do império e da própria China, foi saqueado e incendiado; as coleções de arte roubadas pelos ingleses na época enfeitam, até hoje, o Museu Britânico) e, sobretudo, impondo tratados ultravantajosos para a Inglaterra após cada vitória.

As guerras forçaram a China a permitir a importação de ópio e outros produtos. A Inglaterra obteve grandes concessões territoriais, com direito de "extraterritorialidade": as concessões (Hong Kong, Kowloon, Birmânia, Nepal) situavam-se, assim como os próprios ingleses residentes na China, fora do alcance das leis chinesas.

Depois da Inglaterra, ao perceberem a fragilidade militar da China (agravada pela crise da dinastia Manchu), vieram a França, a Alemanha, os Estados Unidos e até uma nova



potência asiática, o Japão. Através de guerras e "concessões", estes países foram obtendo o controle dos pontos estratégicos da China: à medida que o litoral chinês e os portos dos seus rios iam caindo sob o domínio estrangeiro, a China passou a ser uma semicolônia, não de uma única nação, mas de todas as grandes potências industriais e navais. A imensidão do seu território impediu que fosse transformada em colônia – idéia que provavelmente passou pela cabeça dos colonizadores. As revoltas contra os novos dominadores estrangeiros foram freqüentes. As potências compreenderam que, embora fosse fácil vencer a China, era impossível conquistá-la completamente.

Concessões territoriais, pagamento de pesadas indenizações, saques, formação de uma classe social comerciante nativa associada à exploração estrangeira (a burguesia compradora): eis os principais resultados da forçada penetração européia. Mas o objetivo principal não foi atingido: o "negócio da China" não funcionou, porque os chineses recusaram o consumo dos produtos europeus. O "grande mercado" sonhado pelos ingleses foi na verdade bem pequeno.

Além disso, de tempos em tempos os colonizadores recebiam o troco: os chineses revoltavam-se contra os privilégios, as humilhações impostas (um inglês que matasse um chinês era "julgado" - por assim dizer – pelos próprios ingleses) e contra a exploração a que eram submetidos nas concessões. Estas eram então tomadas por assalto, e não raro todos os estrangeiros mortos. Aí, sim, a imprensa européia gritava contra a "selvageria" dos "bárbaros chineses" e argumentava que era -necessário aprofundar a submissão da China. Poucos europeus tiveram a coragem de dizer na cara dos seus compatriotas o que essas revoltas significavam, ainda que nelas fossem mortas pessoas inocentes, como o fez Friedrich Engels em 1857: "Em suma, em vez de alardear a crueldade dos chineses (como costuma fazer a cavalheiresca imprensa britânica), melhor faríamos se reconhecêssemos que se trata de uma guerra popular pela sobrevivência da nação chinesa - com todos os seus arrogantes preconceitos, sua estupidez, sua ignorância douda, sua pedantesca barbárie, mas sempre uma guerra popular".

As principais conseqüências da penetração euro-japonesa na China foram: a) A diferenciação social no interior do país. A burguesia compradora chinesa utilizou seus benefícios para a agiotagem e a compra de terras, promovendo o surgimento de uma classe de grandes proprietários agrícolas e outra de trabalhadores rurais sem posses. Em 1926, 88% das terras pertenciam a 13% dos habitantes, e 65 % da população nada possuía; b) A identificação da dinastia Manchu (e do império) com a opressão nacional. A impotência manchu para deter a rapina estrangeira (por incapacidade, incompetência ou corrupção) fez com que a luta contra os opressores da nação se unisse à luta pela democracia, contra o poder, imperial.

Em 1898, durante cem dias, um movimento reformador pacífico ocupou o poder em Pequim, no lugar da dinastia Manchu (forma os chamados *Cem Dias de Pequim*). O fracasso deste movimento sintetizou o drama e a impotência da democracia chinesa, que seriam mais evidentes ainda no século XX. A agitação nacionalista percorreu a China desde inícios do século XX (em 1902 aconteceu a "revolta dos *boxers*", uma sociedade secreta). Em 1905 houve a fusão da Sociedade ou Liga pelo Renascimento da China (Xin Zhong Hui) e da Sociedade ou Liga pela Regeneração da China (Guang Fu Hui), dando vida à Liga Revolucionária de China (Dong Meng Hui), ou Liga Jurada, sob a direção do Dr. Sun Yat-sen. Seu objetivo: livrar a China do duplo jugo estrangeiro, representado pela dinastia Qing



(manchú) e pelas potências imperialistas, que haviam retalhado a China em concessões territoriais, alfandegárias, comerciais, de transporte, financeiras, e de extra-territorialidade.

A onda revolucionária que percorria o país teve um ponto alto com o desabamento da monarquia da dinastia Manchu, em outubro de 1911. O edifício imperial estava em ruínas, mas a dominação estrangeira continuava. Era preciso varrer os detritos: essa era a tarefa que cabia ao partido nacionalista encabeçado por Sun Yat-sen, nomeado presidente da República Chinesa após a queda da monarquia.

A Liga Jurada, encabeçada por Sun, transformou-se então num verdadeiro partido político, o Kuomintang (KMT). Entrava a China numa era de democracia e independência? Em fevereiro de 1912, Sun renunciou à presidência da República em favor de Iuã Chi-kai, marechal do império, desde que este se pronunciasse em favor do princípio republicano. O KMT acreditava que a aliança com o exército imperial podia garantir a unidade nacional e a estabilidade política. Iuã aceitou, mas em agosto de 1914 dissolveu o Parlamento recém-eleito e tentou, em vão, transformar-se em um novo imperador. Em 1915, o Japão lembrou à China sua verdadeira situação, apresentando as “21 exigências”, apoiadas numa chantagem militar, que transformariam o país numa espécie de colônia japonesa. Iuã morreu no ano seguinte, e um golpe militar em Cantão chamou novamente Sun Yat-sen para exercer a presidência. Mas a situação do governo central estava muito deteriorada.

O governo de Sun não controlava mais do que uma porção reduzida do território. O controle das outras regiões deslocou-se para as tradicionais elites rurais, que se agrupavam em torno de chefes militares. Várias províncias reivindicavam autonomia, e determinados territórios foram retalhados em “feudos” independentes. Os chefes militares locais (os “senhores da guerra”) lutavam constantemente entre si e impunham todo tipo de arbitrariedades ao povo, como impostos e paralisação de colheitas e trabalhos públicos. O desmembramento da China favorecia a manutenção do poder das potências estrangeiras. O país mergulhou no caos. O fracasso da primeira república chinesa deveu-se à tentativa de unificar e democratizar o país sem afetar os interesses sociais das classes possuidoras (agrárias e comerciais), associadas às potências estrangeiras.

As mudanças políticas isoladas não resolveram o problema da unidade nacional. A partir de então, a questão da unidade chinesa estaria indissolavelmente ligada aos problemas sociais. A reconstituição da nação não poderia ser feita sem luta frontal contra os “senhores da guerra” e os grandes proprietários, e contra as potências estrangeiras e seus associados nativos. Um novo surto do movimento social colocará esses problemas sobre a mesa, ao mesmo tempo em que a China sofre o impacto da tomada do poder pelos “conselhos operários” na vizinha Rússia, em 1917.

O novo surto viria a se concretizar após a “concessão” alemã de Shantung ter sido transferida em favor do Japão (1919). Na Conferência de Paris, as potências discutem abertamente como repartir a China. Um enorme movimento de protesto explodiu a partir do 4 de maio de 1919, inicialmente através de grandes manifestações dos estudantes. Os desdobramentos são muitos: os operários fazem greve, decide-se um boicote aos produtos japoneses, e tem início a organização de um grande movimento de contestação cultural onde germinam as sementes plantadas pelo movimento da “Nova China”: questionam-se as hierarquias, a submissão da mulher, o sistema educacional, a escrita reservada aos mandarins etc. Centenas de novas revistas e jornais vieram à luz: uma nova cultura florescia.



As manifestações foram controladas a partir de agosto, mas a onda seguiu em frente. No balanço do dirigente comunista Mao Tsetung, “durante mais de 70 anos, desde a Guerra do Ópio de 1840 até às vésperas do Movimento do 4 de Maio de 1919, os chineses não dispunham de armas ideológicas com que se defender do imperialismo. As armas ideológicas do velho feudalismo ultraconservador foram derrotadas... os chineses foram obrigados a equipar-se com armas ideológicas e fórmulas políticas, como a teoria da evolução, a teoria dos direitos naturais e a república burguesa, todas elas extraídas do arsenal do período revolucionário da burguesia no Ocidente, berço do imperialismo. Os chineses organizaram partidos políticos e fizeram revoluções crendo que poderiam assim resistir às potências estrangeiras e estabelecer uma república. Mas todas essas armas ideológicas, da mesma maneira que as do feudalismo, revelaram-se muito frágeis e tiveram, por seu turno, que ceder. A Revolução Russa de 1917 despertou os chineses, que aprenderam algo de novo: marxismo-leninismo. Na China, nasceu o Partido Comunista. Sun Yat-sen também advogou a ideia de ‘aprender da Rússia’ e de ‘aliança com a Rússia e o Partido Comunista’. A China mudou de orientação”.

O movimento de maio de 1919 pôs em ação todas as classes sociais da China, mas testemunhou sobretudo a primeira grande mobilização de uma nova classe, fruto da penetração dos capitais imperialistas: a classe operária. Isto produziu uma cisão entre os intelectuais nacionalistas. Como disse Enrica Colotti Pischel, “a demarcação era agora clara entre os que queriam transformar a cultura para transformar o mundo, e os que queriam manter essencialmente intactas as estruturas sociais da velha China e revesti-las de uma cultura moderna ocidentalizada”. Não é de se estranhar que o mais destacado entre os intelectuais da Nova China (Chen Tu-xiu) fosse também um dos fundadores do novo partido que vai se proclamar porta-voz dos interesses da classe operária: o Partido Comunista.

Causava grande impressão o fato de a nova Rússia soviética (a URSS) ter renunciado às concessões feitas pela China aos czares do Império Russo do outrora, comportamento bem diferente daquele das potências capitalistas. A partir de 1920, a URSS enviou delegados à China, na tentativa de estabelecer uma colaboração com o KMT, que enfrentava a perspectiva de uma luta contra as mesmas potências que ameaçavam a URSS. Ao mesmo tempo, delegados da Internacional Comunista tentaram erguer o Partido Comunista Chinês (PCC); Voytinsky, em 1920, e Sneevliet (Maring), pouco depois, entrevistaram-se nesse sentido com Chen Tu-xiu e com Li Da Zhao. O PCC foi fundado em julho de 1921, num congresso do qual participam treze delegados (em nome de 57 militantes): Chen foi seu primeiro secretário-geral, e entre os delegados encontravam-se os educadores Peng-Pai (que já havia organizado uma União de Camponeses) e Mao Tsetung.

O partido se propunha organizar politicamente o operariado chinês, que era pouco numeroso, se levarmos em conta que a produção industrial da China era, em 1918, igual à da Bélgica, que tinha uma população quase cem vezes menor. Mas, além do operariado, existiam também 12 milhões de trabalhadores artesanais e 30 milhões de *coolies* (os coolies eram uma espécie de “táxi humano”, que transportava outros homens baseados na sua própria força, num pequeno veículo de rodas). Em 1923, o embaixador soviético Abraham M. Ioffe e o chefe do KMT, Sun Yat-sen, assinaram um acordo de cooperação. Tratava-se na verdade de um acordo político, pois nele se reconhecia que “a China não está ainda madura para o socialismo, mas para a realização de unidade e independência nacionais”. O Partido



Comunista da URSS designou um “conselheiro político” para Sun Yat-sen (Mikhail Borodin).

Sun chegou até a propor o ingresso dos militantes comunistas no KMT, o que foi aceito, apesar da resistência de Chen Tu-xiu. Em 1924 foi criada uma Academia Militar no KMT, em Whampoa, sob a supervisão de oficiais soviéticos; ela era dirigida por um oficial nacionalista que acabava de realizar um estágio em Moscou, Chiang Kai-shek, assistido pelo comunista Chou En-lai.

Em outubro, o novo exército, apoiado pelas milícias operárias, obteve suas primeiras vitórias. No fim do ano, o KMT entrou em conversações com o general cristão Fung Yu-Xiang, no poder de Pequim graças a um golpe militar, e lançou a idéia de uma Convenção Nacional pela Reunificação (o governo do KMT controlava só um setor ao Sul da China, com sede em Cantão). Paralelamente, a organização operária iniciou um movimento de grande extensão e profundidade. O Congresso Nacional do Trabalho reuniu, em 1925, representantes de 540 mil trabalhadores - o comunista Liu Shao-chi foi o vice-presidente do evento.

Outro comunista, Peng-Pai, organizou as Associações Camponesas em Kuangtung, com 180 mil adeptos. Em maio, foi deflagrada uma greve geral, em Xangai, contra o massacre de operários pela polícia inglesa; em junho, houve a greve-boicote contra a colônia inglesa de Hong-Kong. A significação desses movimentos era inequívoca: na luta pela democracia e pela independência nacional, os explorados (operários e camponeses) iniciavam uma intervenção independente (até então eram os estudantes e os complôs militares do KMT que tomavam a iniciativa). Segundo a reflexão posterior de Trotsky: “Mal o proletariado chinês começara a organizar os sindicatos, via-se imediatamente obrigado a pensar nos soviets”. Nas principais cidades, organizaram-se milícias operárias.

O PCC passou rapidamente para 20 mil militantes e continuou crescendo com velocidade fulminante. No entanto, sua política ficava determinada pela sua filiação ao KMT e pela consideração de que, na China, ainda restava uma etapa histórica para ser cumprida, antes de se pensar na tomada do poder pelos operários e camponeses. Um dos seus dirigentes chegou a afirmar que “nesta revolução somos os coolies do KMT”. A aliança com a burguesia nacional devia ser respeitada, e, em função disso, os movimentos de massas deviam ser limitados.

Na Internacional Comunista existia uma facção que se opunha a essa política, liderada por Trotsky, contrária à política de conciliação de classes praticada por Stalin, já então o dirigente máximo da URSS. Para Trotsky: “A propriedade fundiária grande e média (como existe na China) está ligada, de maneira mais estreita, ao capital urbano, inclusive ao estrangeiro. Não existe na China uma casta de senhores feudais que se opõe à burguesia. O tipo de explorador mais odiado, no campo, é o agiota, agente do capitalismo financeiro urbano. Por conseguinte, a revolução agrária tem tanto um caráter antifeudal como um caráter antiburguês”.

A fração opositora reivindicava, portanto, que na aliança com o KMT não se sacrificasse a política independente do operariado, posição segundo a qual o PCC deveria sair do KMT. No entanto, a Oposição de Esquerda seria derrotada na luta interna da Internacional e do PCC russo, quando se consolidasse, a partir de 1927, o poder total de Stalin. No KMT, entretanto, esboçava-se uma mudança de rumo. Em março de 1925, morria Sun Yat-sen, sem ter conseguido reorganizá-lo. Seu sucessor, Wang Jin-wei, enfrentava atritos com o líder



militar Chiang Kai-shek, que se vinculava a um velho aliado das potências estrangeiras, Zhan Jing-jiang, o banqueiro de Xangai. Eis a situação na qual o KMT lançou sua campanha militar pela reunificação da China. Em março de 1926, se produziu um acontecimento que anunciava o futuro: Chiang Kai-shek, no comando das tropas do KMT, desarmou as milícias operárias de Cantão, prendeu vários dirigentes comunistas e excluiu os comunistas da direção do KMT. O PCC, ainda assim, se manteve dentro do KMT. Chiang se fez nomear “generalíssimo”. Em Moscou, por direta influência de Stalin, Chiang foi nomeado “presidente de honra” da Internacional Comunista...

Em julho começou a campanha militar do exército de Chiang, que foi fulminante. Até dezembro libertou todo o Sul da China e chegou ao rio Yang-tse e às portas de Xangai. O KMT contava com 100 mil homens armados, contra 700 mil dos “senhores da guerra”: a vitória do KMT teria sido impossível se as sublevações do movimento operário e camponês não tivessem destruído a retaguarda do inimigo. Chiang venceu numa China sublevada contra as potências estrangeiras, os senhores locais e os grandes proprietários. Milhões de trabalhadores organizaram sindicatos e milícias operárias. Muitos “senhores de guerra”, assustados com a revolução social em curso, começavam a ver em Chiang e no KMT a última esperança de salvação e passaram para o seu lado.

Não seriam desiludidos. Xangai foi libertada por uma insurreição popular dirigida pelas milícias operárias. Chiang entrou na cidade como libertador, desarmou as milícias operárias, prendeu e massacróu os líderes sindicais e comunistas, que foram jogados nas caldeiras das locomotivas. O “massacre de Xangai” (de 12 de abril de 1927) deixou mais de cinco mil mortos. Chiang conseguia ser ao mesmo tempo o libertador da China e o defensor das classes possuidoras, contra a revolução social. De Xangai, ele partiu para esmagar as rebeliões camponesas no Sul.

No início, a atitude de Chiang provocou uma divisão do KMT. O KMT “de esquerda”, dirigido pelo sucessor de Sun Yat-sen, Wang Jin-wei, formou um governo “opositor” em Wuhan. Os comunistas o apoiaram, e entraram nesse governo. Em junho, houve a reconciliação entre Wang e Chiang: os comunistas foram então também perseguidos e mortos em Wuhan. A política imposta pela Internacional Comunista ao PCC revelou-se assim um verdadeiro desastre: a IC, no entanto, sustentou que só houve “erros de aplicação”. O secretário-geral do PCC, Chen Tu-xiu, foi destituído (ele acabaria aderindo à Oposição de Esquerda de Trotsky). No seu lugar foi colocado Li Li-san, que organizou em 1927 uma insurreição contra o KMT em Cantão, “a vermelha”. Mas o movimento operário estava enfraquecido pelo massacres de Chiang, e Cantão estava isolada: a insurreição acabou em novo massacre de operários e comunistas.

Ao mesmo tempo em que reprimia operários e camponeses, Chiang continuava sua campanha militar de unificação, encontrando pouca resistência. Em julho de 1928 suas tropas entraram em Pequim, consagrando uma vitória simultânea contra os chefes feudais, as potências e a revolução social. Os grandes proprietários, os “senhores da guerra” e até a máfia passaram a apoiar Chiang e o KMT. O KMT, dirigido por intelectuais nacionalistas, não abria mão da repressão e da ordem social para sufocar os movimentos das classes exploradas. Ele só tinha sido útil às classes dominantes para retomar o controle político do país, mas também era violentamente hostil à revolução social de operários e camponeses. De partido da democracia e da “esperança nacional” que era em 1912, foi-se transformando, até 1927, em partido da reação política e dos possuidores.



O PCC, entretanto, organizou em julho de 1930 novas “insurreições” nas cidades de Wuhan, Changsha e Nanchang: novos fracassos e novos massacres, que o fizeram perder quase toda influência política nas cidades. Mao Tsetung e Chuh Teh empreenderam então uma retirada em direção ao campo, onde criam “bases vermelhas”. A partir de então, e por longo tempo, toda a força do PCC estaria concentrada no campo. Seu empenho em organizar “insurreições” condenadas ao fracasso, entre 1927 e 1930, deve-se à política então seguida pela Internacional Comunista, chamada do “terceiro período”, segundo a qual o capitalismo estaria próximo afundar-se em toda a parte, sendo, portanto, necessário organizar a imediata “tomada do poder”.

Essa política será abandonada pela IC só em 1934, quando se adote a política das Frentes Populares. As conseqüências dos massacres de 1927-1930 foram enormes. A classe operária ficaria afastada do cenário político durante dezenas de anos. O operariado que, a partir do movimento revolucionário de 1919, tinha provado ser uma força social capaz de se pôr à frente da sociedade chinesa, seria doravante apenas uma “força de apoio” da classe social sobre a qual repousaria o destino da revolução chinesa: o campesinato.

A derrota da revolução chinesa seria um fator decisivo na consolidação do stalinismo na URSS, e na derrota da oposição russa, apesar desta ter visto confirmados todos os seus prognósticos a respeito. Disse Pierre Broué: “Se, por um lado, a máquina burocrática deve o próprio triunfo à desmobilização das massas, por outro, ela mesma é fator de desmobilização, encontrando aí a sua justificativa. As trágicas derrotas da revolução chinesa, em 1927, representam uma contundente confirmação das profecias da oposição, que denuncia a política burocrática como causadora dessa desgraça. Mas, caso estranho, essas derrotas debilitam terrivelmente a oposição, desferindo um golpe mortal contra a autoconfiança, a audácia e o moral dos militantes. Por fim, os reveses reforçam a posição dos próprios responsáveis, tornando irreais os pontos de vista daqueles que haviam indicado a maneira de evitá-los”.

A vitória de Stalin contra a esquerda não foi, porém, automática, e teve que atravessar uma série de crises. A Oposição deflagrou uma ofensiva de críticas contra a “linha chinesa” de Stalin-Bukharin. Stalin respondeu administrativamente, com mutações e exclusões, primeiro individuais, depois coletivas.

O golpe do Kuomintang obrigou à direção do PCC a se refugiar nas bases rurais, e a conviver com a força do movimento camponês, começando a mudar, na prática, a linha geral da revolução chinesa. A URSS e a Internacional Comunista ainda tentaram influenciar o PCC Chinês, enviando Voitinski, Besso Lominadze, M.N.Roy e Jacques Doriot à China, para reforçar o papel das cidades e da luta operária como direção e força fundamental da revolução chinesa. E a URSS também ofereceu Moscou para a realização do III Congresso do PCC Chinês. Esse congresso, com a presença, entre outros, de Qu Qiubai, Zhu Enlai e Liu Bocheng, reafirmou a linha de luta anti-imperialista e anti-feudal, mas não conseguiu resolver a questão das suas estratégias e táticas principais. A direção do PCC Chinês, mesmo localizada nas bases rurais, continuava designando pejorativamente a luta camponesa como “guerrilheirista”, e procurou usar o Exército Vermelho para comprovar a correção de tomar as cidades como centro do processo revolucionário. Fez várias tentativas para tomar cidades médias e grandes, a última das quais foi Wuhan, em 1930, todas elas tendo fracassado.

Os proprietários e chefes locais readquiriram confiança após Chiang ter esmagado a revolução. Não é estranho, então, que em setembro de 1930 seja proclamado um “governo



independente de Pequim", rival do KMT, ao qual segue a proclamação, em maio do ano seguinte, de outro "governo independente", em Cantão. O Japão percebeu a fragilidade da situação, e já em 1928 invade Jinan. Em setembro de 1931 invade a Manchúria, onde acabará estabelecendo um estado-satélite (o Manchukuo).

O grande mérito dos dirigentes que impulsionaram a reorganização do PCC no campo (Mao e Chu Teh) foi ter percebido que ainda existia o fogo sob as cinzas. Os camponeses famintos, por não terem sido tão atingidos pela repressão quanto os operários, estavam dispostos a continuar lutando. O próprio Chen Tu-xiu, adversário de Mao e feito prisioneiro pelo KMT, escrevia, em 1932, que o movimento operário não terá vez nos próximos anos, pois fora massacrado nas principais cidades, além de as indústrias terem sido desmanteladas pelo Japão numa das regiões mais desenvolvidas (a Manchúria).

Em 1928, os comunistas organizaram nos campos as primeiras bases de sua própria força militar. No início de 1930 contariam com quinze "bases vermelhas" nos campos, em lugares afastados, a coberto da repressão: oeste do Hunan, nas fronteiras de Shensi-Kansu, de Henan-Hubei-Anhui. Em novembro de 1931, o PCC proclamou a República Soviética da China, em Kiangsi, controlando apenas seis distritos, o que revela a fragilidade do domínio do KMT sobre o território (ou seja, da suposta "unidade nacional" que conseguira), assim como a brecha aberta entre o KMT e os camponeses a partir da guerra civil de 1927-1930.

Em 1931, o Japão ocupou a Manchúria, como parte de seu plano global de expansão imperialista asiática e mundial, explicitado, em 1927, no memorando do barão Tanaka, então seu ministro do exterior. Quando o nazismo sequer chegara ao poder, o imperialismo japonês — habitualmente esquecido quando se estuda o problema da guerra mundial — já iniciara a ocupação da China. E, naquele período, a ocupação da China se fazia sem a oposição dos Estados Unidos e da Inglaterra. A oposição destes países ao Japão dar-se-á anos mais tarde. Com efeito, todos os acontecimentos prévios à Segunda Guerra Mundial são testemunhas de uma luta para encontrar novos mercados e novas saídas para os imperialismos, no momento em que o sistema capitalista mundial tinha chegado a um impasse. Esse é o ponto fundamental e, portanto, a saída para cada um desses países tinha que ser às expensas de outrém. A deflagração da Segunda Guerra Mundial não foi uma simples decorrência dos problemas não resolvidos pela Primeira Guerra Mundial

Entre dois fogos - a invasão japonesa e a sublevação camponesa dirigida pelo PCC -, Chiang não hesitou na escolha. Pronunciou uma frase que resumiu sua política: "Os japoneses são uma enfermidade da pele, os comunistas do coração". De 1930 a 1933, organizou quatro expedições contra as "bases vermelhas" (a de 1933 contava com 300 mil homens). Mas as montanhas e o apoio camponês protegiam os comunistas, que sofriam no entanto derrotas nas batalhas frontais. Finalmente, em 1934, Chiang organizou 500 mil homens, apoiados por 500 aviões, para esmagar os comunistas - mas nada fazia para proteger a China do progressivo avanço japonês.

Os comunistas perceberam que não resistiriam a semelhante ataque e organizaram a retirada para mudar o centro de operações. Foi a *Longa Marcha*, que levaria o nascente Exército Vermelho de Kiangsi até o Noroeste (Shansi-Kansu-Shensi), após percorrer dez mil quilômetros a pé. Cem mil partiram, nove mil chegaram, após um ano (outubro de 1934 a outubro de 1935). Os comunistas retomaram a velha tradição camponesa de migrações a pé, para fugir da seca e da fome: só que, desta vez, não é uma catástrofe natural que os ameaça.



No meio da Marcha, uma Conferência do PCC (janeiro 1935) escolheu Mao Tsetung, o artífice da nova política, como secretário-geral. Disse o jornalista norte-americano Edgar Snow, em *A China, ontem e hoje*: "Pode-se rejeitar ou desprezar a ideologia comunista como religião universal ou fé política, mas é impossível não reconhecer na Longa Marcha um dos grandes triunfos do homem contra as probabilidades, e do homem contra a natureza".

Apesar da feroz perseguição aos comunistas, o próprio Mão afirmou: "Depois da invasão das três províncias do Norte pelos agressores japoneses, o Partido Comunista da China, em 1933, propôs a todas as forças do KMT, que então atacavam as bases de apoio revolucionário e o Exército Vermelho, a conclusão de um armistício para favorecer a resistência comum ao Japão. A proposta comportava três condições: cessação dos ataques, garantia ao povo dos direitos democráticos e armamento do povo. Não obstante, as autoridades do KMT rejeitaram a proposta."

A Frente Única KMT -PCC só seria obtida pela força. Em dezembro de 1936, Chiang foi detido pelas suas próprias tropas (sob influência da agitação comunista), quando pedia, em Sian (capital de Shensi), que lutassem contra os "vermelhos" e não contra os japoneses. A URSS interveio para obter sua libertação, pois Stalin continuava a ver Chiang com simpatia, apesar de o líder chinês carregar sobre as costas o assassinato de milhares de comunistas chineses.

Apesar disso, as bases rurais dos comunistas haviam se reforçado e dado surgimento às primeiras áreas territoriais com conselhos governamentais camponeses, os soviets. O que lhes permitiu derrotar, ainda em 1930, com as táticas de guerrilha e guerra de movimento do Exército Vermelho, a primeira das cinco campanhas de cerco e aniquilamento lançadas pelas tropas do Kuomintang, para liquidar o PCC e as bases rurais dirigidas por ele.

Os japoneses implantaram um governo fantoche na China, tendo à frente o antigo imperador Qing, Pu Yi, e iniciam seus preparativos para passar à segunda fase do plano Tanaka, a invasão da parte central e sul da China. Apesar das evidências, a direção do Kuomintang desprezou o perigo nipônico e rechaçou a proposta de enfrentá-lo com uma nova aliança entre os dois partidos, feita pelo PCC. Chiang Kai Shek manteve sua decisão de combater os comunistas como inimigos principais, e continuou com suas campanhas de cerco e aniquilamento.

Entre 1931 e 1934, as tropas do Kuomintang lançaram mais três campanhas de cerco e aniquilamento, todas derrotadas pela combinação das táticas de guerrilha com a guerra de movimento, que tinham como linha mestra não a defesa do território, mas a conservação de suas forças militares e a destruição das forças do inimigo. Em 1935, porém, frente à 5ª. campanha do Kuomintang, a direção do PCC destituiu o comandante político e militar do sovieta da área Hunan-Jiangxi, Mao Tsetung, de modo a garantir que suas ordens de defesa territorial das bases fossem fielmente cumpridas.

O cumprimento dessas ordens levou o Exército Vermelho à derrota, colocando-o diante da necessidade de realizar uma retirada estratégica, rumo às bases rurais do norte do país, para salvar seus 300 mil homens. Já em meio à retirada, o comitê central do PCC realizou uma reunião de emergência na cidade de Tsunyi, durante a qual introduziu mudanças profundas em suas linhas de ação, tanto de ordem política e militar, quanto organizativa.

Em termos políticos, o PCC manteve a classe operária como força dirigente do processo revolucionário chinês, mas reconheceu que o campesinato constituía a força



fundamental da revolução. Também manteve a necessidade de construir uma forte aliança entre a classe operária, o campesinato e a burguesia nacional. Mas assumiu que, naquele momento preciso, diante da ameaça do Japão, o imperialismo japonês passava a ser o inimigo principal. Isso significava desenvolver esforços para suspender a guerra civil e estabelecer uma aliança com o Kuomintang (o que pressupunha aliar-se também a alguns setores latifundiários que concordassem com a defesa nacional). Nesse sentido, a retirada estratégica deveria transformar-se de retirada para salvar forças, em retirada para enfrentar a ameaça japonesa.

Em termos militares, a direção do PCC afirmou que a “guerra popular prolongada” seria a forma principal da luta revolucionária na China, devendo assumir as características de cerco das cidades pelo campo e combinação da guerra de guerrilhas com a guerra de movimento, só admitindo a hipótese de travar guerra regular de defesa de território na fase avançada do acúmulo de forças. Em termos organizativos, Mao Tsetung assumiu a secretaria geral do PCC, enquanto Zhu De assumiu o comando do Exército Vermelho.

A partir desse momento, a influência da URSS sobre o PCC e a revolução chinesa tornou-se apenas simbólica. Em 1936, lembremos novamente, o PCC salvou Chiang Kai Shek da morte por seus próprios generais anti-japoneses, revoltados pelo fato de Chiang combater mais os comunistas do que o invasor estrangeiro. Foi a base das concessões necessárias para suspender a guerra civil e consolidar a aliança com o Kuomintang, reconhecendo o governo deste como o governo nacional, e admitindo que o Exército Vermelho fosse transformado no 4º e no 8º corpos de exército do Exército Nacional da China. O PCC perseverou na estratégia de ser a força principal da guerra contra o Japão, mesmo antes da ofensiva geral nipônica de 1937, e saíria fortalecido no final da guerra de resistência.

Os soldados dos corpos militares do PCC não se engajavam pela força. Agir de outro modo teria sido situar-se no mesmo plano que Chiang Kai Shek. Por esse motivo, o 4º e o 8º exércitos eram inteiramente compostos de voluntários. Os 4º e o 8º exércitos foram se transformando na "China em armas". Em 1944 controlavam dezenove "áreas liberadas", onde promoveram reformas democráticas (eleição dos órgãos de poder em votação universal e secreta, ainda que um terço dos cargos devia ser preenchido por comunistas). Os exércitos agrupavam 950 mil homens, apoiados por milícias populares (2.200.000 homens) e por unidades de autodefesa nas aldeias (cerca de 10 milhões de homens e mulheres). O domínio do PCC abrangia um território de 950 mil km², com uma população de 100 milhões de habitantes.

Os comunistas ocupavam de fato o poder nessas áreas, mas estavam desorganizados. Realizaram então, em maio 1945, seu VII Congresso, onde, para marcar suas diferenças com Moscou, proclamaram o "Pensamento de Mao Tsetung" como a "expressão do comunismo chinês". Por outro lado, o PCC esforçou-se em liquidar toda a dissidência no seu interior ou nos setores por ele controlados. Assim, o Estado Maior do seu exército mandou fuzilar o chefe militar trotskista Chou Li-ming. O dirigente dos trotskistas chineses, Chen Chi-chang, tinha sido morto pelos japoneses, enquanto Chen Tu-xiu, o fundador do PCC, que tinha aderido à oposição trotskista, morria nas prisões de Chiang Kai Shek. Os trotskistas proclamavam a necessidade de aliar a guerra com a revolução social (distribuição das terras aos camponeses), com o objetivo de garantir uma base social à luta contra o inimigo estrangeiro.



O resultado da Segunda Guerra favoreceu os Aliados. As tropas da URSS ocuparam a Manchúria chinesa, até então em mãos do Japão. Os norte-americanos, entretanto, equiparam 57 divisões do exército de Chiang (700 mil homens) para permitir-lhe assumir o controle da China diante do perigo da expansão das áreas controladas pelos comunistas. A primeira atividade do "valente" exército nacionalista foi reprimir o renascente movimento operário nas cidades retomadas aos japoneses: uma greve geral em Xangai foi contida mediante um massacre. Os Aliados, a URSS inclusive, outorgaram a Chiang o controle das áreas retomadas. A Manchúria foi cedida ao KMT pelo Exército soviético, que se encarregou também de manter os exércitos do PCC fora das cidades. Os Estados Unidos organizaram uma ponte aérea para que Chiang pudesse ocupar a Manchúria. Da ajuda aliada à China, 98 % foi dada a Chiang, e só 2 % às "regiões liberadas" sob controle dos 4º e 8º Exércitos. O PCC viu então se desenhar no horizonte um novo massacre pelas tropas de Chiang, desta vez com o apoio norte-americano.

No final da II Guerra Mundial, então, tivemos a retomada da guerra civil na China. A Frente Única Antijaponesa fora apenas um parêntese na guerra civil de 1927-1930. Desaparecido o "perigo japonês", as contradições internas da China reapareceram em toda a sua força. Os vencedores da Segunda Guerra (URSS e EUA) tentaram, porém, minimizá-las. Em 1946, o general Marshall chegou à China para propor um "governo de unidade nacional". A condição imposta era a dissolução dos exércitos controlados pelo PCC. Stalin aconselhou o partido comunista chinês a aceitar, mas Mao aferrou-se decididamente às armas: sabia que perdê-las significava a morte certa. As armas dos japoneses, recuperadas pelo exército soviético, estavam em mãos do PCC.

O PCC, de fato, criara nos campos uma nova sociedade e um novo regime político. Dadas as condições efetivas da guerrilha, cada dirigente, cada militante, mesmo a nível de base, podia ter a todo o momento de assumir sozinho decisões e iniciativas de que dependeriam a vida e a vitória daqueles que tinham posto a sua confiança na função de vanguarda dos comunistas perante a invasão inimiga: precisamente por isso era necessária uma extrema firmeza na orientação ideológica geral, uma profunda consciência de classe, mas ao mesmo tempo uma ágil capacidade de decisões autônomas e de iniciativas responsáveis. Nesta perspectiva deve ser visto o relevo atribuído por Mao aos problemas de «método» na luta, a sua denúncia da estagnação, da abstração, do autoritarismo e da anarquia e o seu apelo simultâneo à firmeza nos princípios e à originalidade na sua aplicação «de modo vital».

Mas havia outras exigências, propriamente de Partido: no fim da Longa Marcha, os comunistas chineses eram cerca de 40 mil, dispersos na clandestinidade, nas prisões, nas fileiras do Exército Vermelho ou espalhados pelas antigas «bases vermelhas» do Sul. Em 1942, os inscritos no Partido eram 800 mil e seriam mais de 1.200.000 quando, em abril de 1945, se reuniu em Yenan o VII Congresso do Partido (a dezoito anos de distância do VI, realizado em Moscou em 1928, portanto antes de os comunistas chineses terem realizado a sua experiência histórica). As estruturas organizativas do Partido também tinham de ser reconstituídas e «repensadas», precisamente porque as que existiram nas cidades antes da repressão dos anos 1930 já não subsistiam (e de qualquer modo seriam inúteis e prejudiciais para aplicar a estratégia de Mao) e as que se haviam formado a partir das bases na guerrilha e na Longa Marcha não bastavam para dirigir o novo esforço gigantesco se não fossem enquadradas, coordenadas, sistematizadas. A experiência que criara a partir das bases e no



decurso da luta uma série de estruturas de partido ligadas à estratégia defendida por Mao podia conservar o seu valor de método, mas não bastava só por si para criar um aparelho organizado, institucional. E isso era necessário dado que os comunistas já não eram apenas um «partido de rebeldes», mas assumiam cada vez mais a tarefa de governar a China.

Chiang atrapalhou as negociações de paz, pois só tinha uma coisa em mente: acabar com os comunistas. Sentia-se confiante para isso depois dos reforços militares recebidos. Em julho de 1946 pôs em marcha a ofensiva contra os "vermelhos", com um exército enorme, novamente apoiado por 500 aviões, desta vez pilotados majoritariamente por oficiais norte-americanos. Para piorar as coisas para os comunistas chineses, em 1946, no curso das negociações de paz entre o PCC e o Kuomintang, a URSS reconheceu diplomaticamente o governo do Kuomintang, na suposição de que o PCC seria derrotado numa nova guerra civil (em 1950, após a proclamação da República Popular da China, Stálin reconheceu haver cometido um sério erro de avaliação).

Mao, verdade seja dita, tinha chegado a aprovar a fusão militar de seus exércitos com os de Chiang. Mas logo viu desvanecer-se a possibilidade de uma "nova democracia" sem guerra civil e, sobretudo, sem revolução social. Enfrentando primeiro a ofensiva de Chiang mediante a guerra de guerrilhas, Mao lançou em março de 1947 a Campanha do Noroeste, cuja palavra de ordem central era "Reforma agrária imediata!". Desta vez, a luta pela democracia e pela unidade nacional não estaria separada da luta pela revolução social. Começou então a acontecer o que ninguém no mundo acreditava possível: os 4º e 8º Exércitos se transformam no Exército Popular de Libertação (EPL).

Abandonados por Stalin, cujo conselho apontando para a formação de um governo de frente nacional com Chiang Kai-shek eles tinham rechaçado, e cercados, pois o Exército Vermelho (soviético) havia entregue a Manchúria para Chiang, os líderes comunistas chineses tiveram que se confrontar com a mais poderosa ofensiva que as tropas "nacionalistas" jamais lançaram contra o seu exército. A única possibilidade que lhes restava (igual à situação que tiveram de enfrentar os líderes do PC da Iugoslávia em 1942-1943) era a mobilização revolucionária das massas. Rechaçando sua linha stalinista dos anos anteriores, adotaram um programa limitado de reforma agrária, que foi saudado pelas massas com grande entusiasmo. Por todos os lados surgiram comitês camponeses e grupos de resistência que se organizaram para defender e estender a reforma agrária e para esmagar Chiang, o representante dos latifundiários.

O avanço do exército de Mao foi sobretudo o produto do recrutamento massivo do campesinato revolucionário e do paralelo colapso do exército camponês de Chiang, que foi contaminado pela revolução e pela fome de terras. O próprio PC chinês sofreu uma modificação em sua composição social: os filhos educados dos camponeses acomodados, que constituíam a espinha dorsal de seus quadros até esse momento (e alguns deles tenderam a se opor à explosão da violência camponesa elementar desatada pela virada realizada pelo seu partido) foram submersos pelo afluxo de novos militantes endurecidos na forja da própria revolução. O nascimento da revolução chinesa foi o começo do fim do stalinismo do PC chinês; o PC chinês deixou de se subordinar às diretrizes do Krenlin e ficou sob a dependência das massas e de suas ações; sua composição social foi realmente modificada.

O PC chinês conservou de seu passado uma série de conceitos burocráticos que vieram a refletir-se em suas ações: no tímido caráter de sua reforma agrária, em limitar-se ao



Norte da China, e no esforço consciente do PC para manter o proletariado urbano isolado na revolução. Mas, paralelamente à ação dos exércitos dirigidos pelos comunistas, a vida social se deteriorava totalmente nas regiões controladas por Chiang: o salário de um trabalhador qualificado permitia comprar, em 1946, 350 quilos de arroz por ano; em 1948, só 40. A inflação era galopante: de janeiro de 1946 até agosto de 1948, os preços multiplicaram-se por 67. A burguesia especulava e investia no estrangeiro. Um dólar valia 12 milhões de *fabi* (um fósforo, 200 *fabi*). De agosto de 1948, até abril de 1949, o índice de preços passou, em Xangai, de 100 para 13.574.000 (ou seja, os preços multiplicam-se por 135.740). Uma papelaria comprou, por exemplo, 800 caixas de notas de 2 mil iuan (1 iuan = 3 milhões de *fabi*) para... fabricar papel! A própria burguesia - incluindo os generais do exército de Chiang - vendia aos comunistas as armas recém-entregues pelos Estados Unidos.

A corrupção era total. A população pobre experimentava enorme repugnância diante do exército e do governo de Chiang. Além disso, este aparecia como agente direto dos Estados Unidos, e isto num país (a China) que levava mais de um século lutando contra as potências estrangeiras. O EPL transformou-se assim no autêntico exército chinês. A guerra civil e a guerra nacional transformaram-se em uma só. A vitória do EPL foi a vitória da China contra os seus opressores, assim como a dos camponeses e trabalhadores contra os seus exploradores.

Às vezes os guerrilheiros do EPL pareciam na iminência de sucumbir. Recuperavam-se e tornavam a combater; mas quase ninguém fora da China contava com a possibilidade imediata de seu triunfo total. Ainda em 1948 Stalin aconselhava Mao, como aconselhara Chen Tu-xiu vinte e tantos anos antes, a fazer as pazes com o Kuomintang; e ao ser informado dos planos de Mao para uma ofensiva geral, menosprezou-os por quiméricos e temerários (Stálin chegou a qualificar Mao de “Dom Quixote chinês”).

Certamente, para evitar um rompimento público com Moscou, Mao assumiu a cor protetora da ortodoxia stalinista. Stalin se dava conta da complexidade do jogo de Mao; e não teria tolerado uma coisa dessas em qualquer partido comunista situado numa esfera da política mundial que ele considerasse vital para seus interesses. Mas até 1949 a China ocupou uma posição secundária nos cálculos de Stalin; e o comportamento de Mao Tsetung parecia-lhe tão “quixotesco” - e exteriormente tão submisso, que não exigia a “excomunhão”.

Como disse Isaac Deutscher, em *Stalin: a História de uma Tirania*, “nunca os guerrilheiros chineses, durante sua longa provação, foram beneficiados com qualquer auxílio russo. Sentiam profundo ressentimento, mas sorriam e escondiam a decepção. Desde a guerra Stalin lhes dera motivo para nova e amarga indignação. As tropas soviéticas que ocuparam a Manchúria após a rendição do Japão trataram a região como se fosse território inimigo conquistado, e não uma parte da China. Os comunistas chineses ficaram horrorizados ao ver que os russos tratavam as indústrias da Manchúria como presa de guerra, desmontavam muitas fábricas e instalações e embarcavam-nas para a União Soviética. Aí estavam as origens de uma tremenda discórdia”.

O exército dirigido pelo PCC, o Exército Popular de Libertação, apoiado na rebelião de milhões de camponeses, foi inclinando a balança em seu favor. Rechaçados os primeiros ataques de guerrilha, passou então para a “guerra de posições”. O exército de Chiang se desestruturou, e muitos de seus efetivos passam para o EPL, que assim reforçou suas fileiras. Chiang era totalmente incapaz de pôr fim à corrupção entre seus próprios homens. Em 1948,



o EPL passou à ofensiva na Manchúria, no Norte e na China Central. Na Conferência de Hopei do PCC – em junho de 1948 - Liu Shao-chi, recém-chegado de Moscou, desaconselhou (provavelmente "inspirado" por Stalin) uma rápida vitória militar.

O PCC e o EPL responderam com fatos: em janeiro de 1949 entraram vitoriosamente em Pequim, obrigando Chiang a fugir. Em dezembro, Chiang e o que restava de seu governo refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan). A embaixada da URSS foi a última legação estrangeira a ficar ao seu lado, até o último momento. Já então estavam mais do que maduros os germes do futuro conflito entre a China comunista e a URSS.

Em 1.º de outubro de 1949 foi proclamada a República Popular da China (RPC). No seu governo, o PCC (único partido político nacionalmente organizado e com apoio de massas) não era majoritário, simplesmente porque não o quer. Na composição da Conferência Política Consultiva havia representantes dos partidos políticos (142), regionais (102), do Exército (60), diversos (profissões, associações culturais, minorias nacionais, chineses de ultramar) (206) e “personalidades convidadas” (75!). No novo governo, a viúva de Sun Yat-sen representava simbolicamente a "burguesia nacional". A unidade nacional da China, enfim alcançada, tinha sido obrigada a passar por cima do cadáver do partido designado pelo PCC como representante da burguesia nacional: o KMT, que constituiu um "governo no exílio" em Formosa (esse, sim, com o apoio da burguesia chinesa).

A política do PCC no governo da RPC foi assim resumida por Mao, em 1950: "Nós entendemos que a meta desta revolução não é acabar com a burguesia em geral, mas é acabar com a. opressão nacional e feudal; que as medidas tomadas nesta revolução não visam a abolir, mas a proteger a propriedade privada, e que, como resultado desta revolução, a classe trabalhadora poderá constituir a força que conduzirá a China ao socialismo, embora o capitalismo possa ainda crescer em certa medida durante um tempo bastante longo. 'Terra para os pequenos proprietários' significa a transferência da terra dos exploradores feudais para os camponeses, transformando a propriedade privada dos senhores feudais em propriedade privada dos camponeses, emancipados das relações agrárias feudais, permitindo assim a transformação de um país agrícola em um país industrial".

Seria possível conciliar interesses tão contraditórios?

Na verdade, com o partido comunista realmente no poder, deu-se uma rápida transição para a economia socialista. As coisas aconteceram muito mais rapidamente do que Mao e a direção do PCC previam. E não se tratou só de uma questão de “ritmo”, mas, sobretudo, de qualidade, da natureza social do processo econômico. A burguesia chinesa, que durante os séculos XIX e XX tinha se manifestado incapaz de encabeçar uma revolução democrática e uma luta frontal contra a opressão estrangeira e os grandes proprietários de terra, manifestou-se também incapaz de acompanhar tal processo, quando executado por um partido que representava as massas.

A passagem para uma economia onde predominasse a propriedade social foi surpreendentemente rápida, mas a causa foi mais política do que econômica: situava-se no nível do Estado. A burguesia não podia tolerar que o Estado (o primeiro que realmente unificava a China depois da queda da última dinastia) ficasse sob a direção de organismos representativos dos trabalhadores, o PCC e o EPL, e começou de imediato um processo de boicote. O sinal foi dado pela potência na qual a burguesia chinesa tentara se apoiar para reconstituir seu Estado depois da Segunda Guerra: os Estados Unidos.



Os EUA estenderam logo um cordão de isolamento ao redor da "China Vermelha", negando-lhe reconhecimento diplomático (na ONU, o governo de Chiang, o KMT, foi reconhecido como o legítimo governo chinês, apesar de exercer sua autoridade só na ilha de Formosa) e intercâmbio econômico. Chegou-se a proibir que qualquer cidadão norte-americano pusesse os pés na RPC. Assim tratou o "mundo livre" uma revolução que, no entanto, não lhe manifestou de início qualquer hostilidade, pois dele precisava para desenvolver sua economia.

Quando a República Popular da China foi proclamada, o nível da produção agrícola e industrial da China era inferior até àquele anterior à Segunda Guerra Mundial; Em 12 anos, a inflação multiplicara os preços por 8 bilhões (sic); os transportes estavam totalmente desorganizados; a maioria das instalações do "coração industrial da China" (a Manchúria) tinham sido desmanteladas pela URSS ou destruídas pelo exército de Chiang.

O governo da RPC tentou enfrentar esses problemas através da política já definida por Mão. Em 1949, mesmo depois da nacionalização de certas indústrias chave, e das propriedades dos dirigentes do KMT, o capital privado controlava ainda 48,7% da produção industrial. Foram adotadas então uma série de medidas: um Tratado de Cooperação com a URSS, assinado por Mao e Stalin, que resultou num empréstimo da URSS de 300 milhões de dólares em cinco anos (isto representava apenas 3 % dos investimentos nacionais; os 97% restantes seriam fornecidos pelo esforço do povo chinês); a adoção de uma série de leis: sindical, de reforma agrária, de casamento (que anulava a tradicional poligamia masculina), de divórcio; a constituição de três "companhias mistas" com a URSS, que enviou à China vários técnicos; aumentos salariais de 100% inicialmente e mais 30% depois.

Depois de um ano de governo, o premiê da RPC, Chou En-lai, pôde anunciar: o território está pacificado, a unidade nacional realizada, a inflação está contida desde março de 1950, e 90% das estradas de ferro estão reconstruídas. Mas ao boicote econômico da burguesia (evasão de capitais), existente desde o início, somou-se, a partir de 1950, a intervenção da RPC na Guerra da Coreia. Nesse país, Syngman Rhee liderava o governo pró-americano e ameaçava as fronteiras da China (dessa guerra resultou a divisão do país em Sul e Norte, existente até hoje). A RPC viu-se na obrigação de realizar grandes investimentos no orçamento da defesa e a avançar na estatização da economia.

O *Jen Min Ji Pao* (jornal do PCC), de 25 de outubro de 1950, conclamou então a "corrigir radicalmente a política de generosidade" para com a burguesia. A partir de 1950, os elementos sociais de uma mudança política se definiram: nos campos, atividade dos "tribunais populares", com execuções e condenações a trabalhos forçados aos antigos proprietários; uma campanha política nacional contra o imperialismo norte-americano; a repressão às atividades das Igrejas, sobretudo às missões estrangeiras; finalmente, as tropas chinesas ocuparam o Tibete, em 1950; o PCC lança o Movimento dos três anti (contra a corrupção, contra o desperdício e contra a burocratização). Gerou-se um clima geral de tensão, onde não faltou o medo de uma grande fome, em 1951.

Na Manchúria, o dirigente comunista Kao Kang deu início a um plano pelo aumento da produção, seguindo o "modelo soviético". Tratou-se de uma vasta mudança que só seria oficialmente sancionada em dezembro de 1952, quando Chou En-lai anunciou o Primeiro Plano Quinquenal, e em outubro de 1953, quando o PCC anuncia a "Nova linha geral para a transição ao socialismo". De fato, no início de 1952, quatro quintos da indústria pesada já



haviam passado para as mãos do Estado; no fim de 1952, a reforma agrária estava 75% realizada e 12 milhões de hectares passam para 90 milhões de pessoas; os empresários privados ficaram com apenas um terço do comércio atacadista, metade do varejista e um terço da produção industrial.

O governo criou uma Comissão da Planificação do Estado (com Kao Kang), e no Plano Quinquenal deu-se prioridade à indústria pesada: anunciou-se um investimento de 18 bilhões de dólares, num ritmo incrível: 25 % do produto nacional seria consagrado à indústria, em 1956 (na época da sua industrialização, os EUA nunca investiram mais de 20% do PIB nesse ítem). Um esforço semelhante só era possível através de uma rápida estatização do excedente nacional. O ritmo da "socialização da economia" superou todos os planos dos dirigentes do PCC.

Em 1955, decidiu-se a coletivização da agricultura. Um ano depois, 96 % dos camponeses encontravam-se organizados em um milhão de cooperativas: o Plano previa que só um terço dos camponeses se encontraria nessa condição no fim de 1957. A coletivização completa só estava prevista para 1960, o que já era muito rápido. Eis o essencial, pois a produção agrária continuava sendo a base da economia chinesa. O ponto de partida foi muito baixo: em 1951, o parque de tratores era de duas mil unidades (um trator para cada 120.000 acres, contra um para cada 119 nos EUA, ou um para cada 998 na URSS). O PCC encamparia definitivamente o movimento em 1956, com as *Três Transformações Socialistas* - expropriação da burguesia industrial, expropriação do comércio urbano e implantação de um movimento cooperativo no campo. As Três Transformações limitavam-se, na verdade, a sancionar uma situação já existente na sociedade chinesa: o "tempo bastante longo" que Mao previra para o fim do capitalismo chinês limitou-se, na verdade, a uns poucos meses.

A Revolução Chinesa tinha se transformado, num processo sem solução de continuidade, em revolução socialista, na verdade, a revolução social e demograficamente mais abrangente de toda a história moderna e contemporânea. A história posterior, incluídas as contradições violentas da transformação socialista, assim como a re-introdução do capitalismo e da economia de mercado nas últimas duas décadas, é outra história.

III. REVOLUÇÃO CUBANA⁸

A revolução cubana, que triunfou em 1º de janeiro de 1959, é comumente associada ao Movimento 26 de Julho e às suas principais lideranças. Fidel Castro, seu irmão Raul, Camilo Cienfuegos e Che Guevara foram certamente figuras emblemáticas e extremamente importantes naquele processo. Mas não podemos deixar de ressaltar aqui, contudo, que esta revolução, na prática, fez parte de um processo de longa duração, iniciado na segunda metade do século XIX e que culminou com a entrada dos rebeldes castristas em Havana quase cem anos depois. Desde a guerra de independência (de 1868 a 1878), passando pela luta revolucionária encabeçada por

⁸ Este texto é de autoria de **Luiz Bernardo Pericás**, historiador. Formado em História pela George Washington University e doutor em História Econômica pela USP. Pós-doutorado em Ciência Política pela FLACSO (México) e em História pela Universidade do Texas em Austin.



José Martí, Máximo Gómez e Antonio Maceo (em 1895), pela guerra hispano-americana (em 1898) e pelas constantes intervenções dos Estados Unidos na ilha até a resistência contra o governo Machado na década de 1930, os cubanos participavam intensamente de atividades políticas que visavam a plena soberania e autonomia do país. Mesmo no período de 1953 a 1959, não foram apenas os correligionários de Fidel que atuaram nas cidades e no campo para depor a ditadura batistiana. Diferentes setores da população tomaram parte no processo revolucionário para tirar Fulgencio Batista do poder, como a FEU (Federação dos Estudantes Universitários), o Diretório Revolucionário (seu braço armado) e o Partido Ortodoxo.

O golpe de Estado de Batista, em 1952, inicialmente não enfrentou uma oposição popular séria. A CTC (Confederação dos Trabalhadores de Cuba), liderada na época por Eusebio Mujal, foi rapidamente cooptada pelo governo. Os comunistas do PSP (Partido Socialista Popular) incitaram a construção de uma frente democrática nacional contra o governo, sem êxito. Propunham a restauração da Constituição de 1940, realização de eleições gerais e boicotes. Mesmo postos na ilegalidade, os comunistas teriam um posição dúbia em relação ao regime e ao grupo liderado por Fidel, e mais tarde, inclusive, chegariam a ter alguns de seus membros ocupando pastas na ditadura batistiana.

Fidel Castro, um jovem advogado nascido em 1926, na província de Holguín, tornou-se o principal catalisador das ansiedades do povo cubano. Membro do Partido Ortodoxo, denunciava publicamente a ditadura. Entrou com um processo legal contra o governo no *Tribunal de Urgencia*, no qual pedia cem anos de prisão para o presidente. É claro que o tribunal não aceitou o pedido. Mais tarde, Castro iria organizar um grupo de 140 homens que invadiria o Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, em 26 de julho de 1953. Ele acreditava que tomando aquela instalação militar, numa região que tinha tradição de lutas, o povo se levantaria em armas. Aquele quartel, o segundo maior de Cuba, era um alvo simbólico. Eles se apoderariam de armas e por rádio, conclamariam a população a lutar. Também planejavam o assalto ao quartel de Bayamo, assim como a ocupação do tribunal provincial e do hospital civil da cidade. Ainda que os grupos de Raul Castro e Abel Santamaría conseguissem ter sucesso *inicial* na tomada das outras instalações, o ataque ao Moncada foi um grande fracasso. Dois grupos que participaram do assalto àquela guarnição militar foram destruídos e o terceiro, liderado por Fidel, após três horas de combates, fugiu para as montanhas. Lá, muitos de seus homens foram assassinados e outros, como o próprio Castro, capturados e presos.

Em outubro, começa o julgamento dos sobreviventes do Moncada. É nestas circunstâncias que Fidel irá pronunciar seu famoso discurso, de mais de cinco horas de duração, intitulado *A história me absolverá*. Ele diria que os motivos de sua luta eram a restauração da Constituição de 1940; a reforma educacional, agrária e habitacional; em torno de 30% de participação nos lucros das companhias para seus empregados; a nacionalização das companhias de telefone e eletricidade; e o retorno do dinheiro roubado ou malversado pelos membros do governo. Fidel, depois das deliberações, seria condenado a quinze anos de prisão. Enquanto esteve encarcerado, Castro iria organizar o M-26-7, inspirado na data do ataque ao Quartel Moncada. Membros de outras organizações políticas, como o Movimento Nacional Revolucionário e da Ação Libertadora Nacional, aderiram a este grupo. Fidel seria finalmente anistiado, e em 1955 se exilaria no México, onde conheceria Che Guevara, que se uniria aos expedicionários do *Granma* e teria destaque na luta revolucionária naquele país.

Podemos perceber que as medidas preconizadas por Fidel em seu *A história me absolverá* tinham um caráter democrático, distributivo e popular. Eram exigências relacionadas



diretamente com o contexto histórico de Cuba naquele período. Tanto setores “burgueses”, mais conservadores, como os mais radicais, começaram a ver em Batista o representante de um modelo que travava o desenvolvimento de todas as potencialidades da ilha. Aquela era uma ditadura, onde a corrupção, o desvio de verbas públicas, a falta de democracia, uma quantidade significativa de negócios nas mãos de gangsteres e mafiosos, e a prostituição, eram fortemente presentes na ilha. Se quisermos entender quais os reais motivos da luta revolucionária em Cuba, precisamos analisar, portanto, o contexto político e econômico mais amplo.

O caráter “dependente” do capitalismo cubano em relação aos interesses dos monopólios norte-americanos durante a primeira metade do século XX constituiu um sério entrave para o pleno desenvolvimento das forças produtivas da ilha e mostrou nitidamente as dificuldades inerentes dos diferentes governos daquele período em criar reais possibilidades de alocação de recursos a projetos que pudessem promover de fato uma ampla diversificação agrícola e industrial no país. Os indicadores econômicos, mesmo apresentando em algumas instâncias relativas variações favoráveis, exemplificam o estado crônico de atraso em que Cuba se encontrava e o labirinto complexo das relações bilaterais com o “Colosso do Norte”, o que dificultava uma saída “autônoma” para oxigenar as demandas intrínsecas daquela sociedade por maior liberdade de ação no nível das decisões de Estado.

É certo que não se pode falar de aspectos econômicos sem associá-los ao âmbito político. Fatores internos, como a situação social, o quadro partidário e as diretrizes técnico-administrativas, assim como fatores externos, no âmbito mais amplo das relações internacionais, principalmente no campo comercial, se inter-relacionam e sobrepõem, e são aspectos importantes para que se possa compreender melhor a dinâmica político-econômica de qualquer país. Em Cuba houve um ambiente favorável para a acumulação e ampliação do capital dos Estados Unidos, através de acordos assinados por dignitários locais, em geral vinculados a Washington ou a empresas norte-americanas, que apenas contribuíram para manter o estado geral da “nação” inalterado. Com isso, durante décadas o que se pôde constatar foi uma deterioração de diversos índices sociais, principalmente nas áreas rurais, e parca, se não ínfima, eficiência econômica global.

A partir de 1934, pode-se perceber a frustração de quaisquer possibilidades de efetivo desenvolvimento industrial, a partir do tratado de reciprocidade comercial assinado naquele ano com os Estados Unidos, o que iria reforçar a posição de Cuba basicamente como país consumidor de produtos manufaturados e exportador de açúcar, seguido de aumento da repressão aos opositores do novo regime e da promoção de algumas concessões reformistas à população em geral, mascarando a democracia e dando ao governo uma capa supostamente nacionalista e defensora dos interesses dos trabalhadores. Assim, iniciava-se um novo momento da economia cubana, já que os Estados Unidos – impulsionados pelo *New Deal* rooseveltiano –, juntamente com a oligarquia nacional, interromperam o processo revolucionário de 1933 e inauguraram uma política de incremento de exportações de produtos acabados para a ilha, impedindo um processo de industrialização maior e estimulando a continuidade da produção de açúcar, ao conceder a Cuba algumas vantagens comerciais preferenciais.

A Lei Costigan-Jones formalizou a reformulação da tradicional dependência ao outorgar poderes a Washington para controlar a indústria açucareira não só dos Estados Unidos como também de suas possessões, autorizando o governo norte-americano a fixar cotas de importação das nações exportadoras de açúcar para o mercado do “Colosso do



Norte”. Nesse sentido, foi imposta a Cuba uma cota de 1,9 milhão de toneladas anuais – o que calcificou as exportações cubanas do produto em níveis abaixo de sua capacidade –, e reduziu-se em 22% a cota de exportação total de açúcar refinado, prejudicando os refinadores nacionais. O novo “tratado comercial”, por sua vez, concedeu taxas de importação preferenciais a 550 produtos norte-americanos, com a diminuição tarifária de 25% a 60%, em troca da redução das tarifas para exportação de mais de 20 artigos cubanos, entre eles o açúcar, com uma redução de US\$ 1,50 para US\$ 0,90 a libra; o rum, de US\$ 4 para US\$ 2,50 o galão; e o tabaco, de US\$ 1,90 para US\$ 1,50 a libra, garantindo um maior influxo de materiais dos Estados Unidos em Cuba, ao mesmo tempo que facilitava, em bases vantajosas, a compra dos principais produtos daquele país. O fato é que Cuba, a partir daí, tinha de reduzir impostos de produtos norte-americanos no mercado interno, não podia aumentar seus impostos domésticos sobre artigos dos Estados Unidos e não podia impor nenhuma restrição quantitativa aos itens mencionados no tratado.

Por outro lado, as altas taxas a alguns produtos específicos fizeram com que certas empresas norte-americanas transferissem suas filiais para os Estados Unidos; paralelamente, não ocorria o desenvolvimento de indústrias locais de processamento e acabamento de produtos ligados a outros setores, como o mineiro – controlado por proprietários estrangeiros e conseqüentemente sem interesse maior no progresso econômico do país –, levando à manutenção do *status* da ilha como país basicamente voltado para a agricultura. Como o açúcar era o produto mais rentável a curto e médio prazos, investimentos significativos deixaram de ser feitos na indústria de forma geral. Por outro lado, com a cota de importação daquele item pelos Estados Unidos, começou a haver, paradoxalmente, não só dificuldades de industrialização como também de maior comercialização e lucros provenientes do próprio açúcar. É bem verdade que alguns capitalistas norte-americanos começaram a investir em outros setores, como o elétrico e o mineiro (algumas vezes em parceria com o governo local), em grandes lojas, como a Sears (que garantiam a entrada de produtos estrangeiros na ilha), e na criação de gado. Esses “novos” investimentos, contudo, que entre 1946 e 1956 chegaram a US\$ 700 milhões, foram praticamente revertidos para os bancos do país de origem, considerando que somente US\$ 100 milhões foram reinvestidos de fato no setor produtivo cubano. Já o aumento relativo do estrato assalariado nos setores de serviços, comércio e governo se deveu, em parte, ao crescimento do aparato da burocracia do Estado e de seu interesse em interferir cada vez mais nas questões econômicas, sempre ligadas aos Estados Unidos, que acreditavam ser importante manter a estabilidade política em Cuba para proteger seus investimentos e garantir que o país fosse um mercado lucrativo para suas exportações, assim como fonte de açúcar não-refinado para abastecer seu mercado interno.

Após a Segunda Guerra Mundial, setores “industrialistas” da numericamente pequena elite econômica cubana, insatisfeitos com a corrupção e a irresponsabilidade de seus mandatários e preocupados com o quadro de instabilidade política, depositaram sua confiança em Eduardo Chibás, candidato do Partido Ortodoxo, que propunha caminhos “desenvolvimentistas” para Cuba. Com a lacuna aberta no meio político após o suicídio desse dirigente populista, o setor industrialista da burguesia cubana começou a apoiar Batista, que garantia um clima favorável para o influxo de investimentos norte-americanos no país. A classe média burocratizada e a burguesia locais eram ideológica e economicamente vinculadas aos Estados Unidos, e a idéia de “desenvolvimento” estaria invariavelmente atrelada a um posicionamento próximo àquele país. Como o fraco setor industrialista da



burguesia cubana não conseguiu se firmar, deu espaço para que se mantivessem intactos os interesses ligados à agricultura e à produção mineira.

Alguns autores chegaram até mesmo a caracterizar o Estado cubano, nos anos que precederam a revolução, como administrativo, redistributivo e burocrático. Tal tendência aumentou com os anos, a ponto de, em 1950, cerca de 80% do orçamento nacional ser utilizado para o pagamento de salários de cargos burocráticos, e não investido no setor produtivo. Aproximadamente 186 mil pessoas, ou 11% da força de trabalho, estavam empregadas no governo naquele mesmo ano.

Um reajuste com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), substituindo o tratado comercial de 1934, havia ocorrido em 1948, garantindo que uma cota de compra de açúcar seria deixada para decisão do Congresso norte-americano, mantendo, portanto, os privilégios das empresas dos Estados Unidos no mercado interno da ilha. O acordo com o Gatt e a lei de cotas açucareiras (do mesmo ano) resultaram, no período entre 1948 e 1958, num déficit na balança comercial de Cuba, em relação aos Estados Unidos, de US\$ 603,4 milhões, tendo sido relativamente compensado no mesmo período com um saldo favorável com outros países.

No final da década de 1950, a situação de dependência de Cuba podia ser explicitada em diversos indicadores econômicos. Em 1958, por exemplo, 40% da produção açucareira, 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não-açucareiras eram de propriedade norte-americana, enquanto o capital bancário em mãos cubanas, que atingia o nível dos 60%, era utilizado basicamente para favorecer as corporações monopolistas estrangeiras. O volume de investimentos dos Estados Unidos em Cuba chegou, naquele ano, a US\$ 1 bilhão, só inferior, no continente, às inversões feitas na Venezuela e no Brasil. As empresas norte-americanas, contudo, construíam e equipavam as unidades produtivas, que tinham suas matrizes na “metrópole”, e estabeleciam todas as normas e instruções na filial cubana.

A unidade típica na sociedade capitalista monopolista não era representada, portanto, pela firma pequena, responsável pela fabricação de algum artigo em escala reduzida, com uma produção homogênea, mas pela empresa de produção em larga escala, que tinha nas mãos uma parcela substancial da produção de uma determinada indústria – ou de várias indústrias –, a capacidade de controle dos preços de seus produtos, o volume de sua produção e o planejamento eficiente de seus investimentos. Esse modelo estava consolidado em Cuba, mesmo com a existência de milhares de *chinchales* (pequenas indústrias artesanais) e serviu de base, após a revolução de 1959, para experiências defendidas por alguns dirigentes e intelectuais, como Che Guevara e seu grupo. Muitas empresas, por conseguinte, haviam surgido na ilha durante o governo de Batista, desde fábricas de produtos lácteos até de refrigerantes. A International Telephone and Telegraph, Esso, Texaco, Sinclair Oil, Lone Star Cement, U. S. Rubber, Firestone, American Agricultural Chemicals, Procter and Gamble, entre outras, instalaram-se na ilha. O capital aplicado nas indústrias, como se pode constatar, saía em forma de lucros novamente para o país de origem. É importante lembrar que essas empresas já surgiram “grandes”. Não houve um processo de concentração e centralização a partir da expropriação, fusão e substituição de pequenas companhias ao longo do tempo em alguns setores da economia cubana. Ou seja, as empresas norte-americanas já entraram em Cuba consolidadas.



A produção de borracha e pneus estava monopolizada pela U. S. Rubber e a Firestone; aproximadamente 80% da produção de sabão eram controlados pela Palmolive e Procter and Gamble; em torno de 80% das máquinas para engenhos eram produzidas por uma só empresa em Sagua la Grande; duas fábricas de papéis de Havana supriam toda a demanda do país; a American Agricultural Chemicals produzia quase todos os fertilizantes usados na ilha; toda a produção de *rayon* estava nas mãos da Rayonera de Matanzas; quase toda a produção têxtil era controlada pela Textilera Ariguanabo. Esses monopólios controlavam diversos ramos da produção e fixavam preços, com a conivência e o apoio do governo local.

Análises politicamente mais conservadoras apontam para uma interpretação diferente dos anos que antecederam a revolução. Cuba, em 1952, ocupava o terceiro lugar em renda *per capita* na América Latina; era o segundo país com maior consumo de carne *per capita* do continente; o segundo em milhas de estradas pavimentadas por mil milhas quadradas de território; o segundo na proporção de médicos em relação à população e o terceiro no nível de salários pagos a 500 mil trabalhadores na indústria açucareira. Teria superado todas as repúblicas da América Central juntas em volume de exportações e ainda havia paridade do peso com o dólar. Um relatório do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) publicado em 1951 declarava que “a impressão geral dos membros da Missão, oriunda das observações e viagens por toda Cuba, é a de que o nível de vida dos fazendeiros e dos trabalhadores dos campos, das indústrias, dos armazéns e de outros, é mais elevado, em todos os sentidos, que o de grupos semelhantes de outros países tropicais”. O documento do Banco Mundial, por outro lado, sugeria que Cuba deveria tentar se tornar menos dependente do açúcar e colocar maior ênfase na diversificação de outras atividades; expandir e criar novas indústrias de produtos derivados, ou que usassem o açúcar como matéria-prima; promover exportações de outros produtos para reduzir o *status* do país como monoprodutor, ajudando, assim, a aumentar a renda total nacional e incrementar o número de empregos em setores distintos, como o mineiro e o de processamento de alimentos; e aumentar a produção para consumo interno. Já o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em 1956, apresentava Cuba como tendo uma renda nacional que dava ao povo um dos mais altos padrões do continente. Mas recordava que o único desenvolvimento importante na primeira metade daquela década havia ocorrido com a mecanização da indústria de exportação de charutos – com um aumento nas vendas externas – e a exportação de cera feita a partir da cana-de-açúcar, o produto tradicional do país.

A classe trabalhadora cubana era relativamente grande em comparação com o resto da população. De acordo com o censo de 1953, havia aproximadamente 327.208 operários nas indústrias, 395.904 no setor de serviços, 232.323 no comércio e 104.003 nos transportes, totalizando 1.059.438, ao mesmo tempo que no setor agrícola o número era de 818.906 trabalhadores, maior do que qualquer outro individualmente, mas menor em relação ao conjunto. A população cubana contava, na época, com aproximadamente 6 milhões de habitantes, enquanto os sindicatos diziam ter em seus quadros em torno de 1 milhão de filiados. No final da década, o país possuía um automóvel para cada grupo de 39 pessoas e um aparelho de rádio em cada 5. Em torno de 57% da população era urbana, sendo que mais da metade vivia em cidades com mais de 25 mil habitantes, e um terço em quatro cidades com mais de 100 mil pessoas. Um sexto da população vivia em Havana, enquanto um terço de toda a população nacional era considerada de classe média. Já as habitações dos estratos médios urbanos eram relativamente confortáveis, embora as moradias da população de baixa renda, especialmente no campo, fossem de má qualidade. Assim, alguns autores – como



Theodore Draper, Harry Oshima, Felipe Pazos e Eugene Stanley – rejeitavam o termo “subdesenvolvimento” para o caso cubano, já que, para estes, as diferenças econômico-sociais dos países do Terceiro Mundo eram tantas que a designação não poderia abarcar todas as situações de forma igual, inclusive a da ilha, que mostrava alguns índices favoráveis. Felipe Pazos chegou a dizer que Cuba deveria ser classificada como país “semidesenvolvido”. De acordo com Theodore Draper, em 1958 a renda *per capita* do país era de US\$ 356, maior do que, por exemplo, a do México, de US\$ 263 naquele mesmo período, o que para o estudioso era um sinal favorável para a economia. O país teria a terceira maior renda *per capita* da América Latina, superado apenas por Argentina e Venezuela. Já a expectativa de vida era de 58,8 anos. Em torno de 70 jornais eram publicados em Cuba, 18 somente em Havana. Os maiores periódicos publicavam 580 mil exemplares diariamente. Os índices de 1957 mostram que havia um médico para cada 998 pessoas; um dentista para cada grupo de 3.052 habitantes; 24 telefones para cada mil indivíduos; e 176 rádios para o mesmo número de pessoas.

Os autores mais conservadores não concordavam também com o rótulo de país “monoprodutor” para a ilha. Os trabalhadores das indústrias de açúcar, níquel e tabaco recebiam salários equiparados aos dos operários norte-americanos. Essas indústrias, assim como os canaviais, representariam uma diversificação na produção, juntamente com outras menores, também com salários “altos”, como as de fibras sintéticas, detergentes, vidro, refino de petróleo, refrigerantes, rum e cerveja. Cuba ainda produzia têxteis, calçados e extrativos minerais, com uma base salarial menor. Portanto, os críticos admitiam a possibilidade de haver um modelo “monoexportador” na ilha, mas não “monoprodutor”. Em 1954, por exemplo, a parcela de contribuição da indústria açucareira em sua totalidade foi de 25% da renda nacional, apesar de esse produto representar em torno de 80,2% do volume de exportações nacionais. Por outro lado, estudiosos cubanos observam que os números favoráveis *per capita* de Cuba antes da revolução não representavam a realidade do país, já que redistribuíam para toda a população supostos benefícios de um grupo específico que possuía mais do que outros, ligado à classe média dependente das grandes empresas ou do setor burocrático estatal, não correspondendo ao que ocorria de fato no resto da ilha.

Na prática, a situação mostrava-se bastante complexa. O desemprego era um problema crônico para a saúde econômica da ilha. Cerca de 25% da força de trabalho encontrava-se desempregada no começo dos anos 1950, enquanto 75% dos trabalhadores tinham emprego em base anual. Isso demonstrava que uma significativa parcela da população dependia de trabalhos sazonais ou temporários. O açúcar representava mais de 75% das exportações do país, mas os trabalhadores só eram necessários durante um período de três ou quatro meses durante o ano. Entre os anos de 1956 e 1957, o desemprego foi de 9% durante a safra e 20% depois dela.

Um grupo, classificado de “mal-remunerados”, trabalhava 40 horas semanais. Em 1958, numa força de trabalho de 2,204 milhões de trabalhadores, 549 mil, em média, estavam desempregados. Num painel de investimentos globais de US\$ 650 milhões, aproximadamente US\$ 300 milhões vinham diretamente de empresas norte-americanas, que controlavam pelo menos 30 das 161 usinas açucareiras da ilha. A renda *per capita* média dos trabalhadores cubanos entre 1950 e 1954, de acordo com números apresentados por Leo Huberman e Paul Sweezy, era de aproximadamente US\$ 312, o equivalente a cerca de US\$ 6 por semana. Já o índice de crescimento econômico médio anual de Cuba estava em torno de



1,5%, um dos mais baixos do planeta. O informe de 1957 da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) afirmava que, de um total de US\$ 58,5 milhões em investimentos diretos efetuados na ilha no ano anterior, US\$ 41,4 milhões haviam sido transferidos novamente para o exterior; enquanto isso, a dívida externa chegava a US\$ 788 milhões na mesma época. Os empréstimos externos de curto e médio prazos conseguidos pelos bancos oficiais, que haviam chegado a US\$ 90,9 milhões em 1955, foram reduzidos para US\$ 23 milhões em 1956 e foram para US\$ 27,1 milhões em 1957, mostrando o grau de insatisfação dos credores estrangeiros com o governo do país. Já as reservas internacionais foram de US\$ 500 milhões em 1952 para US\$ 100 milhões no final da década. Isso enquanto os principais grupos monopolísticos dos Estados Unidos investiam e controlavam grande parte do setor produtivo cubano. O grupo Rockefeller era o mais importante acionista da Moa Bay Mining, Freeport Sulphur Co., Nickel Processing Corp., Goodyear Tire and Rubber, Standard Oil e Chase Manhattan Bank; a Morgan, da Sun Oil, Coca-Cola, Cuban Tobacco, B. F. Goodrich e Procter and Gamble; a Sullivan & Cromwell, da King Ranch, Pepsi-Cola, Sears, Woolworth; o First National Bank, da First National Bank, Grace and Co., Owens Illinois Glass, Phelps Dodge e Companhia Cubana de Telefones; o Grupo de Chicago, da Swift and Co., Armour and Co., assim como da Liquid Carbonic of Cuba; os Manufacturers Hanover Trust, da Companhia Cubana de Electricidad, Colgate e Palmolive; entre outras empresas. Todas essas companhias também tinham capital investido na produção açucareira. As novas indústrias que haviam sido implantadas em Cuba durante o governo de Batista utilizavam, de forma geral, 74% de matérias-primas importadas. Isso correspondeu, de 1948 a 1958, a um aumento de 32% para 35% na utilização desses materiais. Paralelamente, faltava uma política de localização racional do parque industrial da ilha. Um ano antes da revolução, a província de Havana, que possuía 25% da população, tinha em suas mãos 75% de toda a produção industrial não-açucareira do país.

A necessidade de real diversificação e criação de um mercado interno amplo era clara e explicitada em vários documentos de diferentes organismos internacionais. Poder-se-ia argumentar, contudo, se essas medidas ocorreriam efetivamente, no estado em que se encontrava aquele país, sem a excessiva ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba. Dificilmente a ilha conseguiria um desenvolvimento relativamente independente sem uma mudança real nas instâncias de poder e na relação com os norte-americanos. Somente uma revolução poderia modificar as estruturas agrária e industrial *profundamente*, afetando os interesses dos monopólios externos, assim como direcionar os investimentos para as áreas estratégicas, tanto no setor social como no produtivo. Isso implicaria uma modificação no relacionamento entre classes sociais internamente e entre países no campo da política externa, o que era algo delicado e difícil de se fazer em outras circunstâncias.

Em 1956, no exílio no México, Fidel conseguirá organizar um grupo de 82 homens, que, depois de treinados durante três meses pelo veterano da Guerra Civil espanhola, o coronel Alberto Bayo, iria desembarcar em Cuba na famosa expedição do *Granma*. A partir daí, começaria a etapa armada da revolução, a guerra de guerrilhas, na área rural. Estes preparativos estavam sendo feitos em coordenação com o *Directorio Revolucionario*, encabeçado por José A. Echeverría. O desembarque deveria coincidir com uma insurreição em Santiago, preparada por Frank País, para o dia 30 de novembro. O barco, contudo, sobrecarregado, repleto de homens mareados e que navegava muito lentamente, chegou depois do prazo combinado, encalhando no dia 2 de dezembro em Las Coloradas, onde foi recebido a tiros pelas tropas do exército regular.



Nessa altura, a tentativa de insurreição em Santiago já havia ocorrido. Durante algumas horas, houve um novo assalto ao quartel Moncada, a tomada da delegacia de polícia, uma greve dos trabalhadores de Guantánamo e a ocupação de uma central açucareira. Em Holguín e Matanzas, outras ações similares ocorreram. Mas o governo rapidamente controlou a rebelião.

Dos 82 guerrilheiros do *Granma*, apenas 12 sobreviveram (alguns autores afirmam que foram 16), e depois de se reagruparem, alguns dias mais tarde, começaram a atuar na região da Sierra Maestra. Enquanto isso, o *Directorio* agia em Havana, tentando levar a cabo ações ousadas contra o governo Batista, sem sucesso. Muitos de seus membros foram torturados e executados.

Setores da burguesia também se interessavam pelos acontecimentos. Felipe Pazos, antigo presidente do Banco Nacional, Roberto Agromonte, ligado ao Partido Ortodoxo e Raúl Chibás, presidente do mesmo partido, se encontraram com Fidel nas montanhas e assinaram um documento conhecido como *Manifiesto da Sierra Maestra*, em que defendiam a formação de uma frente de todos os partidos opositores ao regime; a recusa de mediação estrangeira ou a constituição de um governo provisório; uma reforma agrária que devolvesse a terra aos camponeses expropriados; e a distribuição de terras não utilizadas aos trabalhadores rurais.

Os setores burgueses deram mais um exemplo de que não só queriam participar, mas tirar das mãos do Exército Rebelde e da ala mais radical do Movimento 26 de Julho a direção do processo revolucionário e tomar o controle da situação. Na Flórida, representantes do Partido Autêntico, do Diretório Revolucionário e Felipe Pazos (que falava em nome dos setores mais conservadores do M-26-7) se reuniram e assinaram um documento conhecido como Pacto de Miami. Esta reunião, supostamente apoiada pela CIA e que foi organizada por Jules Dubois, presidente da Associação Interamericana de Imprensa, decidiu que depois da revolução o Exército Rebelde liderado por Castro seria desarmado e integrado ao exército regular, e que uma junta de “libertação” teria o poder de aprovar ou não a composição de um gabinete proposto pelo novo presidente, que seria Felipe Pazos, escolhido para ocupar o posto por Agromonte (dos ortodoxos) e Prío Socarrás (dos autênticos), os signatários deste documento.

Fidel, indignado, não reconheceu esta manobra política e disse que o futuro dirigente do país seria Manuel Urrutia, que teria o poder de decidir quem seriam os seus ministros. De acordo com Castro, o M-26-7 teria a responsabilidade de manter a ordem pública e reorganizar o exército do país.

Só no final do processo revolucionário, o PSP anunciou seu apoio à guerrilha, que antes fora considerada por este partido como um grupo de pequeno-burgueses putschistas e democráticos. Enquanto isso, os setores urbanos do Movimento continuavam a atuar intensamente em Havana. Em 1958, as ações se intensificam. O campeão mundial de Fórmula 1, o argentino Juan Manuel Fangio, foi seqüestrado pelo M-26-7, o que deu uma visibilidade internacional para o Movimento. Foi inaugurada, no mesmo ano, a Rádio Rebelde, transmitindo diretamente da Sierra Maestra e rompendo com o monopólio de informações do governo. A Segunda Frente “Frank País”, comandada por Raúl Castro, começou a atuar no noroeste do Oriente, enquanto era criada a Terceira Frente a oeste de Santiago. Camilo Cienfuegos atuava entre as cidades de Manzanillo, Holguín e Tunas.



Uma greve geral foi marcada para abril daquele ano, organizada pela FON (Frente Operária Nacional), grupo criado pelo Movimento 26 de Julho para atuar no setor sindical. Nela participariam os estudantes da FEU e a *Resistencia Civica* (representante dos setores burgueses urbanos). O PSP não foi convidado a participar. O M-26-7 seria o responsável por coordenar tudo isso. Ainda que no dia 9 de abril a greve fosse decretada e lutas e manifestações ocorressem em diversas cidades, a falta de um melhor preparo levou o evento ao fracasso. Houve, por certo, uma paralisação total em Santiago, Camagüey, Pinar del Rio e Cienfuegos. Mas em Havana, a polícia conseguiu reprimir duramente os rebelados e venceu a resistência.

Acreditando que o fracasso da greve era sinal de fraqueza dos rebeldes, Batista resolveu iniciar uma grande ofensiva, apoiada pelos Estados Unidos, para destruir a guerrilha castrista, utilizando 14 batalhões, 7 companhias e 10.000 soldados apoiados por aviões. Mesmo com todo esse poderio militar, a ditadura teve pouco sucesso na empreitada. Depois de algumas semanas, os guerrilheiros, por sua vez, deram um duro golpe no regime. Após três dias de combates, os rebeldes tomaram material militar, radiotransmissores e o livro de códigos secretos do exército. Com isso, puderam saber, antecipadamente, quais seriam as movimentações do inimigo. Com a vitória esmagadora na Batalha de El Jigüe, o M-26-7 tomava definitivamente a dianteira e destruía as ilusões de Batista em relação a acabar com o Movimento, que aumentava sua atuação coordenada nas áreas urbanas e rurais.

A partir daí, começa a ofensiva final do Movimento. Colunas comandadas por Camilo Cienfuegos e Che Guevara invadem a parte ocidental da ilha. Em dezembro, a coluna de Cienfuegos sitiava Yaguajay; Che Guevara vence a famosa Batalha de Santa Clara; e as tropas de Raúl se aproximavam de Santiago. No dia 1º de janeiro, Batista assina sua demissão e foge para a República Dominicana. Em seguida, Fidel Castro anuncia pela Rádio Rebelde uma greve geral, para evitar qualquer manobra oportunista de outros grupos que quisessem ficar no poder. Nesta situação, as tropas de Camilo Cienfuegos e Che Guevara entram em Havana e controlam os quartéis de Columbia e La Cabaña. E alguns dias depois, Fidel Castro entra na capital do país.

A revolução que triunfou em 1º de janeiro de 1959 traria a possibilidade de grandes mudanças, que não viriam facilmente. É bom lembrar que aquela foi uma revolução democrático-nacional, e não uma revolução socialista. Mas, por diversos fatores internos e externos, ela transitaria, em etapas aceleradas, ao socialismo.

Naquela época, entre 75% e 80% do comércio exterior de Cuba se dava com os Estados Unidos, que controlavam mais de 75% das exportações da ilha. Mesmo fazendo declarações em diversos atos públicos, nos primeiros meses da revolução, sobre a reforma agrária e a industrialização do país, Fidel Castro ainda tentou uma aproximação com os Estados Unidos. Seus discursos, até então, não preocuparam demasiadamente os monopólios norte-americanos.

Em sua visita a Washington, Castro manteve conversações sobre a economia cubana – principalmente sobre o comércio de produtos como o tabaco e o açúcar – com o secretário de Estado Christian Herter, sem, contudo, aprofundar-se nas discussões. De forma geral, o governo dos Estados Unidos não deu a devida importância à visita do “líder máximo” da revolução, já que o presidente Eisenhower deixou de se encontrar com Fidel porque supostamente estaria jogando golfe durante a permanência do dirigente cubano no país. O



então vice-presidente Richard Nixon, que já naquela ocasião apontaria Castro como “perigoso” e “comunista”, foi designado para acompanhá-lo em sua estadia, o que mostrava implicitamente certa desconfiança em relação ao novo governo da ilha. De qualquer forma, nessa viagem Castro conversou com o embaixador Mikhail Menshikov, o que representou seu primeiro encontro com uma autoridade soviética após a revolução.

Os interesses dos monopólios do “Colosso do Norte” seriam abalados com uma série de leis de desapropriação e nacionalização de terras e empresas. Como afirmamos anteriormente, somente uma revolução poderia tocar profundamente na relação de classes e na propriedade dos meios de produção no país. Como o açúcar era o principal produto cubano, e como grande parte da população era composta por um campesinato sem-terra ou um proletariado rural desempregado, seria fundamental modificar a estrutura agrária. Apenas 114 latifundiários ocupavam 20% de todas as áreas cultiváveis de Cuba, e 30% das pessoas dedicadas à agricultura eram proprietárias do solo. Aproximadamente 100 mil cubanos encontravam-se em categorias como arrendatários, subarrendatários e precaristas. Cuba possuía cerca de 159 mil fazendas, numa área total de 676 mil *caballerías*, com 20% destas – ou seja, 32 mil propriedades – ocupando apenas 6.410 *caballerías*: menos de 1% do total nacional. Já outras 30 mil fazendas – em torno de 19% do total – ocupavam 15.700 *caballerías*, ou 2,32% da terra. Em outras palavras, 39% das fazendas de Cuba ocupavam apenas 3,27% de toda a área agrícola do país. No âmbito mais geral, 157 mil fazendas ocupavam 359 mil *caballerías*, ou 53% da área total. As fazendas que tinham entre 75 e 372 *caballerías* eram controladas por 780 proprietários, aproximadamente 0,5%, que concentravam 107 mil *caballerías*, ou 16% do total. A lei de reforma agrária iria modificar essa situação. A primeira lei de reforma agrária, de 17 de maio de 1959, proibiria o latifúndio, indicando como o “mínimo vital” por pessoa duas *caballerías* – o equivalente a 27 hectares –, e uma área máxima de 30 *caballerías*, ou 402,6 hectares. A propriedade que excedesse esse limite seria expropriada e distribuída para o campesinato despossuído. As terras até 30 *caballerías*, por outro lado, não seriam expropriáveis, com exceção das partes utilizadas por arrendatários ou precaristas.

A lei contemplava ainda um limite de 100 *caballerías*, ou 1.342 ha, para propriedades que produzissem arroz e cana-de-açúcar, já que o rendimento destas áreas chegava a 50% a mais que a média nacional; proibiu contratos de parceria; dividia o país em 28 Zonas de Desenvolvimento Agrário (ZDA), que se tornaram uma unidade administrativa intermediária entre a municipalidade e a província; fornecia créditos estatais para cooperativas; e indenizava os proprietários de latifúndios desapropriados num prazo de até 20 anos, com juros de 4,5 % anuais, com os chamados “Títulos da Reforma Agrária”. A primeira lei da reforma agrária eliminou o latifúndio e redistribuiu aproximadamente 67% das terras para os pequenos produtores e para o governo revolucionário. Também isentou os camponeses de pagarem aluguel, assim como acabou com a exploração de intermediários e usurários. Possibilitou a criação de um mercado interno a partir de uma redistribuição de renda mais equitativa no país e ajudou a diminuir a curto prazo o crônico desemprego no campo. Esse processo também criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Inra), uma instituição poderosa que funcionava quase como um governo paralelo; formou “tribunais da terra”; expropriou propriedades ociosas por dois anos; e permitiu a transferência de títulos de terra somente por herança, enquanto as vendas só poderiam ser feitas para o Estado ou com a autorização do Inra, órgão competente na questão. De acordo com a nova legislação, somente cubanos poderiam adquirir terras, mas proprietários estrangeiros não eram proibidos de



manter suas propriedades, desde que estivessem nos limites estipulados. Todas as divisões, subdivisões e vendas de terra ocorridas após a revolução foram consideradas nulas.

As expropriações começaram lentamente e, 10 meses depois da lei, em torno de apenas 850 mil hectares haviam sido confiscados, e 40.200 hectares distribuídos a 6 mil beneficiários. A partir de janeiro de 1960, contudo, o ritmo de desapropriações e distribuição de terras aumentou. Até junho de 1961, 3,8 milhões de hectares de terra já haviam sido expropriados. De acordo com números do governo cubano da época, essas medidas beneficiaram 55.785 colonos (89,55% do total), 74.415 criadores de gado (82,74%), 50 mil cafeicultores, arroteiros e produtores de frutas, assim como 50 mil trabalhadores agrícolas e proletariado rural. A reforma agrária fez com que 85% dos agricultores deixassem de pagar aluguel de terras e aumentou em 60% o poder aquisitivo do campesinato de forma geral. Ainda que a diversificação agrícola não tenha sido tão profunda a ponto de mudar radicalmente o painel econômico do país, foi relativamente significativa em comparação com os anos anteriores, já que, de 1958 a 1960, a produção de arroz cresceu 28%, a de milho, 26%, a de algodão, 400%, a de feijão, 39%, a de batata, 21%, e a de tomate, 108%. É bom recordar que, antes da revolução, o rendimento da terra por *caballería* era menor do que sua capacidade real. A subutilização da terra pelos monopólios implicava que estas empresas acabavam adquirindo propriedades como reserva de valor e para futuras expansões agrícolas, quase sempre para a produção de açúcar. Uma melhor utilização do terreno possibilitaria maior produtividade por hectare e, conseqüentemente, a liberação do restante das terras para a produção de outras culturas.

A lei de reforma agrária e outras medidas nacionalizantes foram suficientes para preocupar os investidores norte-americanos na ilha, que consideraram as medidas muito mais “drásticas” do que imaginavam, já que poderiam prejudicar não só as companhias dos Estados Unidos como a própria economia cubana, ao desincentivar novas inversões estrangeiras. Isso poderia levar o Congresso em Washington a revisar a lei açucareira e baixar a cota de importação do produto. Em 21 de maio de 1959, numa reunião ordinária da Cepal que se realizava no Panamá, a delegação cubana, presidida pelo então ministro da Economia, Regino Boti, recomendou que a reforma agrária recente fosse considerada pela comissão como um dos principais meios de melhorar e aumentar a produção agrícola, elevar o nível de vida do campesinato e preparar o caminho para a industrialização; a proposta foi aprovada por unanimidade, com exceção dos Estados Unidos, que sugeriram incluir no texto a expressão “sempre que apropriado” na parte do documento referente à reforma agrária como um dos instrumentos adequados para o desenvolvimento econômico dos países do continente. Uma nota diplomática assinada pelo então secretário de Estado Christian Herter e enviada às autoridades cubanas expressava preocupação com a lei agrária cubana em relação às compensações dos cidadãos norte-americanos que tiveram suas terras desapropriadas, lamentando que os dirigentes da ilha não tivessem ouvido o critério dos investidores afetados. Em carta àquele secretário, o então ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raúl Roa, respondeu que a destruição do latifúndio e a redistribuição de terra eram fundamentais para que Cuba não continuasse economicamente estancada e para que não aumentasse o ritmo de desemprego. Roa recordou os enormes fundos retirados do país e depositados em bancos estrangeiros e não admitiu nenhuma sugestão ou proposta que pudesse fragilizar a soberania nacional.



Com o aumento das pressões de Washington sobre Havana, a American and Foreign Power Company, subsidiária da Electric Bond and Share e matriz da Companhia Cubana de Electricidad (CCE), cancelou, no final de agosto de 1959, um financiamento de US\$ 15 milhões, já que o governo cubano reduzira em 30% as tarifas de eletricidade no país, o que representara uma perda de 20% de seus lucros. Al Powell, diretor da zona do Caribe do escritório de Comércio Exterior dos Estados Unidos, informou no início de setembro que os interesses dos produtores de arroz estadunidenses estavam comprometidos – já que exportavam US\$ 37,5 milhões por ano a Cuba –, e também os dos investidores do ramo têxtil, que se sentiam preocupados com os rumos econômicos do novo governo. No início de janeiro de 1960, um grupo de assessores jurídicos do governo dos Estados Unidos recomendou a redução do preço que Washington pagava pelo açúcar cubano – o que representaria uma perda imediata de US\$ 150 milhões –, assim como o congelamento dos fundos de Cuba naquele país e a proibição de viagem de turistas norte-americanos à nação caribenha.

Alguns observadores, contudo, eram mais cautelosos. Um artigo do *New York Times* de 8 de janeiro daquele ano advertia que tais medidas poderiam fortalecer Castro e seriam um indicativo do fracasso da “tradicional” política de “boa vizinhança”. O senador Kenneth Keating, apesar disso, sugeriu que os Estados Unidos comprassem menos açúcar de Cuba como represália ao confisco de propriedades norte-americanas, enquanto outro congressista, o deputado Keith Thompson, elaborou um projeto de lei que propunha privar Cuba de qualquer participação no eventual aumento do consumo do produto de seu país. Naquele mesmo mês, o senador George Smathers, em visita ao Equador, conversou com o presidente Ponce sobre a possibilidade do aumento da cota açucareira para exportação aos Estados Unidos.

O governo norte-americano começava a preparar uma série de medidas contra a ilha. Os projetos tinham como objetivo tentar aumentar a influência sobre outros governos do continente para conter os “impulsos” de Fidel Castro e seu grupo; escrever uma nova lei açucareira, para dar aos Estados Unidos poderes de reduzir ou eliminar subsídios; estabelecer uma tarifa de US\$ 1,25 para o açúcar; usar o total de sua arrecadação para indenizar seus investidores nacionais prejudicados; e criar uma rádio para promover propaganda contra o novo governo. Todos esses fatos fizeram com que Cuba começasse a procurar alternativas para seu comércio exterior. A União Soviética seria a opção.

Os soviéticos haviam reconhecido o governo revolucionário em 10 de janeiro de 1959 e comprado em torno de 500 toneladas de açúcar naquele ano, aproximadamente o mesmo de 1955, o que era muito pouco em termos gerais. Uma delegação operária soviética também havia sido convidada para o Primeiro de Maio em Havana, mas não compareceu por não conseguir os vistos a tempo. Mesmo que alguns sindicalistas da União Soviética tivessem ido à ilha e que um alto funcionário do serviço de inteligência soviético visitasse por duas vezes o país, a relação entre os dois governos era tímida. Somente em outubro de 1959 é que começaram a ocorrer tentativas de aproximação mais sólidas, a partir de um encontro entre Fidel Castro e Alexander Alexeiev, agente da KGB (órgão de segurança do Estado soviético) e correspondente da agência de notícias Tass, enviado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) como negociador. Foi nessa reunião que pitorescamente se estreitaram os laços de amizade entre os dois países e se iniciaram as conversas para acordos comerciais importantes. Na ocasião, surgiu a idéia de trazer Anastas Mikoyan (então primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros da União Soviética) a Cuba para inaugurar uma



exposição industrial, programada para ser iniciada no México em novembro e que poderia depois ser levada para Havana. Isso estimulou Alexeiev a ir ao México conversar pessoalmente com Mikoyan, que aceitou a proposta, chegando em Cuba no dia 4 de fevereiro de 1960, para uma visita de 9 dias. Nesse período, inaugurou a exposição soviética de ciência, tecnologia e cultura no Museu de Belas Artes de Havana – que duraria 21 dias –, visitou cooperativas em Pinar del Río, Camagüey e Oriente, esteve em Ciénega de Zapata e Ilha de Pinos e, pouco antes de partir, assinou um comunicado conjunto com as autoridades cubanas, no qual afirmava a intenção de ampliar e fortalecer os vínculos entre os dois países nos campos de cooperação econômica, ajuda técnica e intercâmbio cultural. Também foi firmado um acordo comercial formalizando a compra de 5 milhões de toneladas de açúcar a preços internacionais entre 1960 e 1964 pela União Soviética, que equivaleriam a 325 milhões de pesos, com uma média anual de 65 milhões de pesos. Entre outros produtos que seriam vendidos à União Soviética, estavam frutas diversas, sucos, conservas, couro e pimenta, o que deixaria um saldo líquido de US\$ 36,5 milhões em 1960, e de até US\$ 15 milhões anuais nos anos subseqüentes. Por outro lado, a União Soviética concedeu um empréstimo de US\$ 100 milhões, com juros de 2,5% ao ano, com um prazo de pagamento de 12 anos.

Os acordos com os soviéticos causaram especulações na imprensa ocidental e no governo norte-americano, que acreditavam estar ocorrendo uma “manobra” da União Soviética para aumentar seus estoques de açúcar, revender o produto a outros países ou tentar aumentar o padrão de vida de seus cidadãos. Em realidade, a União Soviética era o primeiro produtor de açúcar do mundo, com mais de 6 milhões de toneladas anuais. O consumo interno do produto, contudo, era baixo, apenas 21 quilos (kg) por pessoa. De acordo com o plano septenal, em 1965 a União Soviética deveria estar produzindo 10 milhões de toneladas, o que não significaria que isto viesse a suprir por completo o mercado interno e a eliminação das importações da ilha, já que a intenção era também de aumentar o consumo *per capita* para 44 kg. Devemos recordar que, na época, entre os países desenvolvidos, apenas Estados Unidos, Inglaterra e Canadá tinham consumo *per capita* acima dos 40 kg. Nações como a Itália, com 19 kg, Alemanha, com 30 kg, e França, com 31 kg, mantinham seu consumo em níveis inferiores aos citados anteriormente. Para que a União Soviética pudesse igualar os níveis de consumo dos Estados Unidos, teria, portanto, de continuar importando o produto. Isso significava que a União Soviética não só iria manter suas importações de açúcar cubano como poderia inclusive aumentar sua cota para 3 milhões de toneladas anuais depois de terminado o acordo. De qualquer forma, o acordo com os soviéticos garantiria até 1964 uma venda anual antecipada de 1 milhão de toneladas, o equivalente a metade de todas as exportações cubanas desse artigo para o mercado mundial em 1959.

Já as críticas ao próprio acordo eram inconsistentes, considerando que várias cláusulas do convênio demonstravam explicitamente o caráter das negociações. Os termos do documento afirmavam que todo o açúcar comprado pela União Soviética seria destinado para o mercado interno e não seria reexportado, ou seja, não seria desviado para outros mercados que fossem importadores habituais deste item cubano.

De 1955 a 1959, a União Soviética comprou açúcar cru cubano por US\$ 165 milhões, sem que Cuba comprasse nenhum artigo da União Soviética. Por isso, os cubanos decidiram também abrir seu mercado para os soviéticos, com um compromisso de gastar 80% dos valores recebidos do açúcar em mercadorias daquele país e os outros 20% a ser pagos em



dólares. Já o crédito de US\$ 100 milhões não era novidade para os soviéticos, que pouco antes haviam negociado um crédito do mesmo valor com a Argentina, para financiar a produção petrolífera e reparos na malha ferroviária. Em relação a amortização e juros, estes começariam a ser pagos não sobre todo o crédito, mas apenas sobre parte dele. Este pagamento não seria em divisas, mas com produtos cubanos. Como Cuba não conseguia obter créditos do Bird e de outros organismos e anteriormente estava recebendo somente empréstimos de empresas norte-americanas com interesses no país – o que era, de acordo com o governo revolucionário, um atrelamento excessivo ao capital estrangeiro –, decidiu aceitar a oferta dos soviéticos.

É interessante lembrar que a União Soviética, de 1948 a 1960, proporcionou aos países do bloco socialista mais de 28.800 documentos técnicos para a fabricação de diferentes máquinas, equipamentos e aparatos. Em 1955, a soma total de créditos e outras obrigações financeiras da União Soviética na prestação de assistência econômica e técnica aos países em desenvolvimento chegava a algumas dezenas de milhões de rublos. No início dos anos 1960, era superior a 10 bilhões de rublos em divisas. Isso com juros de 2,5% ao ano. A União Soviética possuía na época 206 mil empresas industriais e mais 100 mil em fase de construção. Tinha aproximadamente 200 milhões de consumidores e US\$ 120 bilhões anuais em operações no mercado interno. O orçamento da União Soviética no final dos anos 1950 estava em torno de US\$ 140 bilhões – quase o dobro do orçamento dos Estados Unidos –, reinvestindo 50% de seu capital na expansão industrial.

O fato é que, mesmo supostamente sendo uma superpotência “econômica” e militar, a maior parte da população do país ainda vivia em estado de extrema dificuldade. Se considerarmos que havia falta de diversos bens de consumo e que sua qualidade era duvidosa, podemos imaginar que esse capital investido ou emprestado a outros países poderia ter sido utilizado internamente para elevar o nível de vida da população em geral. Isso pode demonstrar, até certo ponto, um interesse político dos dirigentes soviéticos em garantir relações próximas e amigáveis com diversos países socialistas e em desenvolvimento.

A aproximação da União Soviética também parecia a alguns críticos ocidentais uma forma de ter maior influência política dentro do governo da ilha. Mesmo assim, o governo cubano ainda tentou manter relações “normais” com os Estados Unidos, que cada vez mais endureciam suas posições. Em diversas cartas entre autoridades de alto escalão dos dois países, pode-se notar a deterioração gradual das relações entre Cuba e o governo norte-americano, com todos os pedidos de auxílio econômico dos dirigentes da ilha sendo ignorados ou recebidos de forma áspera pelos norte-americanos. Dos primeiros meses de 1960 em diante, as solicitações de compra de helicópteros para uso agrícola e até mesmo aquelas de ajuda humanitária foram sistematicamente rejeitadas pelos Estados Unidos.

Enquanto isso, já vinha ocorrendo um intenso processo de nacionalização e estatização de muitas empresas. Uma série de indústrias passou para as mãos do governo, com uma produção total de US\$ 2,933 milhões na época, como a Textilera Ariguanabo, com 3.049 trabalhadores e uma produção equivalente a US\$ 1,5 milhão; a Betroma, com 679 operários; a Concordia Textil, com 635 funcionários; a Fábrica Cubana de Tecidos, com 589; entre outras. Também foram para o Estado a Cubanitro, com 270 trabalhadores; a Rayonera de Matanzas, com 1.308; assim como a Antillana de Acero, a Fábrica Cubana de Acero e Aceros Unidos de Cuba. Até meados de 1960, o governo já controlava 40% das terras, 37,6% da indústria não-açucareira e grande parte da produção industrial. Desde o começo de 1959,



haviam ocorrido intervenções na CCE e a subsequente diminuição nas tarifas elétricas; corte de até 50% no pagamento de aluguéis; um imposto de 25% sobre exportação a de minerais a ser pago pelos monopólios; a Lei n.º 851, de 6 de julho de 1960, confiscando e nacionalizando todas as empresas estadunidenses; e, até o final desse ano, a promulgação da lei de reforma urbana e a completa nacionalização de todos os bancos e de praticamente todas as empresas monopolistas estrangeiras. O crescimento industrial, que em 1959 havia sido de 17%, chegou a 25% no ano seguinte. Já o PIB nos dois primeiros anos da revolução atingiu os 10,5% anuais.

O aumento das tensões internas – com elementos contra-revolucionários utilizando propaganda e sabotagens dentro do país –, o apoio “implícito” de agências do governo norte-americano a esses atos, assim como o endurecimento do embargo e pressões econômicas sobre a ilha, foram fatores que contribuíram para o rompimento diplomático entre os dois países, no dia 3 de janeiro de 1961, e para o início do embargo, em 4 de setembro do mesmo ano. Devemos lembrar que durante o governo Batista o sistema de crédito e pagamentos era padronizado, mas após a revolução os Estados Unidos exigiram que o país pagasse imediatamente todas as suas dívidas pendentes – o que era inviável naquelas circunstâncias –, fazendo com que o regime de Castro declarasse que durante 1960 não pagaria seus credores, o que desagradou o governo de Washington e os grupos com interesses no país.

A partir de 1961, podemos identificar diversos elementos marcantes no processo revolucionário. Naquele ano é declarado o caráter “socialista” da revolução e em seguida, ocorre o desembarque de tropas de anticastistas treinados pela CIA na Baía dos Porcos, para tentar destruir o novo regime. Nesta ocasião, Castro teve uma vitória estrondosa. Em 1962, a crise dos mísseis radicaliza as tensões entre Estados Unidos, União Soviética e Cuba, e, após a capitulação da URSS, esta ainda garante, de qualquer forma, que não haveria intervenção militar norte-americana na ilha. Ainda que muitos tenham se decepcionado com a atuação soviética, as relações econômicas e políticas entre os dois países continuaram e se fortaleceram nas próximas décadas. Para o governo e os estudiosos cubanos, sua revolução é vista como um processo longo, contínuo e ininterrupto. Neste sentido, o processo da revolução cubana continua até a atualidade.

Bibliografia Consultada

Sobre a Revolução Russa:

BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *A luta de classes na União Soviética*. Vol. 1 : 1917-1923, vol. 2: 1923-1930, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BUKHARIN, Nicolai. *A Nova Política Econômica e nossas tarefas*. In: N. BOUKHARINE; L. KAMENEV; E. PREOBRAJENSKY; L. TROTSKY. *La Question Paysanne em URSS (1924-1929)*. Paris: Maspero, 1973, p. 151.



- CARR, Eric H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Historia de la Rusia Soviética*. Madrid: Alianza Editorial, 1974. 12 vols.
- _____. *La Revolución Bolchevique, (1917-1923)*, Madrid: Alianza Editorial, 1974.
- COHEN, Stephen. *Rethinking the soviet experience*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- _____. *O grande terror. Os expurgos de Stalin*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Londres: Harmondsworth, 1966.
- _____. *O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 -1968.
- _____. *O profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.
- _____. *O profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.
- _____. *A revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. 2. ed., 11 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.
- LENIN, Vladimir I.. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 1, 3. ed., 1986; vol. 2, 3. ed., 1986; vol. 3, 1980.
- _____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987a.
- _____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987b.
- _____. *O oportunismo e a falência da II Internacional*.
- _____. *Teses de Abril*.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de organização da social-democracia russa*. In: *Centralismo Democrático*. Coimbra: Ed. Centelha, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital*, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 5 vol., 1988.
- MEDVEDEV, Roy. *Le stalinisme. Origines, histoire, conséquences*. Paris, Seuil, 1971.
- _____. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *O socialismo num só país*. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. vol. 7, p. 45.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida - A história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS. Um estudo das causas*. Tese de doutorado - USP.
- SERGE, Victor. *El año uno de la Revolución Russa*. México, D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1969.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



_____. *Stalin. El gran organizador de derrotas*. Buenos Aires: Yunque, 1974.

_____. *A revolução traída*. Lisboa: Antídoto, 1977a.

_____. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. *A revolução permanente*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

Sobre a Revolução chinesa:

BIANCO, Lucien. *Los Orígenes de la Revolución China*. Caracas, Tiempo Nuevo, 1970.

BUJARIN, Nicolai; TROTSKY, Leon. *La Revolución China*. Buenos Aires, Crisis, 1973.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Editora Moderna, 1986.

COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *História da Revolução Chinesa*. Lisboa, Europa - América, 1976.

GUILLERMAZ, Jacques. *Histoire du Parti Communiste Chinois*. Paris, Payot, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Colonialismo y Guerras en China*. México, Roca, 1972.

MENGUY, Marc. *L'Économie de la Chine Populaire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

SNOW, Edgar. *La China Contemporánea*. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.

SERGE, Victor. *Le Lotte di Classe nella Rivoluzione Cinese de 1927*. Roma, Savonà e Savelli, 1971.

Sobre a Revolução cubana:

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA UNIÃO SOVIÉTICA. *La historia de Cuba*. Moscou, 1980.

_____. *La política exterior de la Cuba socialista*. Moscou: Editorial Progreso, 1982.

ALARCÓN DE QUESADA, Ricardo; ÁLVAREZ SÁNCHEZ, Miguel. *Bloqueo, guerra económica de Estados Unidos contra Cuba*. Havana: Editora Política, 2001.

ALTMANN, Werner. *México e Cuba, revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

BALIÑO, Carlos et al. *La Revolución de Octubre y su repercusión en Cuba*. Havana: Instituto del Libro, 1967.

BALOYRA, Enrique A.; MORRIS, James A. (Org.). *Conflict and change in Cuba*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). *Cuba in revolution*. Nova York: Anchor Books; Doubleday & Company, 1972.

BONSAL, Philip W. *Cuba, Castro and the United States*. *Foreign Affairs*, Nova York, v. 45, n. 2, p. 260-276, jan. 1967.



- BORREGO, Orlando. Che, el camino del fuego. Havana: Imagen Contemporanea, 2001a.
- BUCH RODRÍGUEZ, Luis M. Gobierno revolucionario cubano: génesis y primeros pasos. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1999.
- CABRERA, Olga. El antiimperialismo en la historia de Cuba. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.
- CASTRO, Fidel. La Revolución Cubana, 1953/1962. Cidade do México: Era, 1976.
- CENTRO DE ESTUDIOS SOBRE AMÉRICA. Pensar al Che: desafíos de la lucha por el poder político. Havana: Centro de Estudios sobre América; Editorial José Martí, 1989a. t. 1.
- _____. Pensar al Che: los retos de la transición socialista. Havana: Centro de Estudios sobre América; Editorial José Martí, 1989b. t. 2.
- CEPERO BONILLA, Raul. Escritos económicos. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.
- _____. Escritos históricos. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989a.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Revolução Cubana, história e problemas atuais. São Paulo: Xamã, 1998.
- COLE, Ken. Cuba from revolution to development. Londres: Pinter, 1998.
- DEL TORO, Carlos. El movimiento obrero cubano en 1914. Havana: Instituto del Libro, 1969.
- DE SANTIS, Sergio. Debate sobre la gestión socialista en Cuba. In: _____ et al. La economía socialista: debate. Barcelona: Terra Nova, [197-?].
- FERNANDES, Florestan. Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana. São Paulo: TAQ, 1979.
- FERNANDEZ RÍOS, Olga. Formación y desarrollo del Estado socialista en Cuba. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.
- FLORES CASAMAYOR, Bárbara. Aspectos económicos del período de transición en Cuba. Cuba Socialista, Havana, n. 35, p. 105-125, set./out. 1988.
- FRANQUI, Carlos. Retrato de família com Fidel. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- FUNG RIVERÓN, Thalia M. En torno a las regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.
- GÁLVEZ, William. Camilo, señor de la vanguardia. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1979.
- _____. Viajes y aventuras del joven Ernesto. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.
- _____. Camilo en Camilo. Havana: Verde Olivo, 1998a.
- _____. El joven Camilo. Havana: Gente Nueva, 1998b.
- GARCÍA BRITO, Horacio (Ed.). Monopolios norteamericanos en Cuba. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.



GONZALEZ CARBAJAL, Ladislao. El ala izquierda estudiantil y su época. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

GUEVARA, Ernesto. Sierra Maestra: da guerrilha ao poder. Passagens da guerra revolucionária. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. Reflexões sobre a história cubana. São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. Textos políticos e sociais. São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. Textos econômicos. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. Che Guevara speaks. Nova York: Pathfinder Press, 1985.

_____. Escritos y discursos. v. 5. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

_____. Che Guevara and the Cuban Revolution. Sydney: Pathfinder, 1987.

_____. Textos revolucionários. São Paulo: Edições Populares, 1987.

_____. Temas económicos. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

GUTELMAN, Michel. Cuba's lessons on economic policies. In: BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). Cuba in revolution. Nova York: Anchor Books, 1972. p. 231-237.

HANSEN, Joseph. Dynamics of the Cuban Revolution. A Marxist appreciation. Nova York: Pathfinder, 1994.

HARNECKER, Marta. Cuba: democracia ou ditadura? São Paulo: Global, [197-?].

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul. Cuba, anatomy of a revolution. Nova York: Monthly Review Press, 1960.

_____. Socialism in Cuba. Nova York: Modern Reader, 1970.

KAROL, K. S. Les guérilleros au pouvoir. Paris: Robert Laffont, 1970.

LEÓN COTAYO, Nicanor. El bloqueo a Cuba. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

LE RIVEREND, Julio. Orígenes de la propiedad agraria en Cuba. Lunes de Revolución, Havana, n. 19, p. 14-15, 26 jul. 1959.

_____. Historia económica de Cuba. Havana: Instituto del Libro, 1967.

LOCKWOOD, Lee. Castro's Cuba, Cuba's Fidel. Boulder, Colorado: Westview Press, 1990.

LÓPEZ-FRESQUET, Rufo. Fui ministro de Fidel. Rio de Janeiro: Laudes, 1969.

LOPEZ SEGRERA, Francisco. Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo (1510-1959). Havana: Casa de las Américas, 1972.

MANKIEWICZ, Frank; KIRBY, Jones. With Fidel: a portrait of Castro and Cuba. Chicago: Playboy Press, 1975.

MASSARI, Roberto. Che Guevara, grandeza y riesgo de la utopia. Navarra: Txalaparta, 1993.



MESA-LAGO, Carmelo. Economic significance of unpaid labor in Socialist Cuba. In: BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). Cuba in revolution. Nova York: Anchor Books; Doubleday & Company, 1972. p. 384-412.

_____. The labor sector and Socialist distribution in Cuba. Nova York: Frederick A. Praeger, [197-].

MILLS, C. Wright. A verdade sobre Cuba. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MINÀ, Gianni. An encounter with Fidel. Melbourne: Ocean Press, 1991.

MIRANDA FERNÁNDEZ, Lucinda. Lazaro Peña, capitán de la clase obrera cubana. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

NOYOLA, Juan. La economía cubana en los primeros años de la revolución. Cidade do México: Siglo XXI, 1978b.

NUIRY SÁNCHEZ, Nuria; FERNÁNDEZ MAYO, Graciela (Org.). Pensamiento y política cultural cubanos. Havana: Pueblo y Educación, 1986. t. 1.

NUÑEZ JIMENEZ, Antonio. En marcha con Fidel. Havana: Letras Cubanas, 1982.

O'CONNOR, James. Revolution and the Cuban workers. Monthly Review, Nova York, v. 21, n. 1, p. 52-56, maio 1969.

_____. Cuba: it's political economy. In: BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). Cuba in revolution. Nova York: Anchor Books, 1972. p. 52-81.

OQUENDO BARRIOS, Leyda et al. Las clases y la lucha de clases en la sociedad neocolonial cubana. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1981.

PÉREZ-GALDÓS, Víctor. Un hombre que actúa como piensa. Manáguá: Vanguardia, 1987.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Che Guevara e o debate econômico em Cuba. São Paulo: Xamã, 2004.

PINO-SANTOS, Oscar. El asalto a Cuba por la oligarquía financiera yanqui. Havana: [s. n.], 1972.

REGALADO, Antero. Las luchas campesinas en Cuba. Havana: Comisión de Educación Interna del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1973.

RIVERO, Nicolas. Fidel Castro, um dilema americano. São Paulo: Dominus, 1963.

ROCA, Blas. Los fundamentos del socialismo en Cuba. Havana: Ediciones Populares, 1961.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. Cuba en el tránsito al socialismo (1959-1963)/Lenin y la cuestión colonial. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.

_____. La clase obrera y la revolución. Havana: Vanguardia Obrera, 1960.

_____. Letra con filo. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983a. t. 1.

_____. Letra con filo. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983b. t. 2.

_____. Letra con filo. Havana: Unión, 1987. t. 3.

_____. Palabras en los setenta. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.



_____. Sobre la contribución del Che al desarrollo de la economía cubana. Cuba Socialista, Havana, n. 33, p. 1-29, maio/jun. 1988.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José Luis et al. Cuba: revolución y economía 1959-1960. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

SZULC, Tad. Fidel, a critical portrait. Nova York: Avon Books, 1987.

TABLADA, Carlos. Che Guevara: economics and politics in the transition to Socialism. Sydney: Pathfinder, 1989.

TAIBO II, Paco Ignácio. Ernesto Guevara, também conhecido como Che. São Paulo: Scritta, 1997.

VAIL, John J. Fidel Castro. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VIGNIER, E.; ALONSO, G. La corrupción política y administrativa en Cuba. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.

WILKERSON, Loree. A filosofia política de Fidel Castro. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

ZEITLIN, Maurice. La política revolucionaria y la clase obrera cubana. Buenos Aires: Amorrortu, de 1970.